

Custos altos



Divulgação

Basf deve registrar prejuízo de € 1,3 bilhão

O Grupo BASF demonstrou resiliência no ano passado em um ambiente de mercado desafiador, dominado pelas consequências da guerra na Ucrânia e, em particular, pelo aumento dos preços das matérias-primas e da energia. A BASF aumentou as vendas em 11,1% para € 87,3 bilhões. O crescimento foi impulsionado pelos preços mais altos em quase todos os segmentos. **PÁGINA 3**

Educação

IPCA-15 avançou para 0,76% em fevereiro

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) subiu 0,76% em fevereiro, após ter avançado 0,55% em janeiro. O resultado ficou acima da mediana das estimativas dos analistas do mercado financeiro, de 0,72%. Com o resultado, o IPCA-15 registrou um aumento de 1,31% no acumulado do ano. Em 12 meses, a alta foi de 5,63%. **PÁGINA 2**

Livros

Americanas deve mais de R\$ 70 mi a editoras

A Americanas deve R\$ 71,87 milhões para cerca de 100 editoras de livros, de acordo com a lista de credores que a varejista entregou à Justiça ao pedir recuperação judicial. Os valores das dívidas variam entre R\$ 75 e R\$ 7,68 milhões. **PÁGINA 3**

Auxílio Brasil

Caixa vai deixar de oferecer consignado

A Caixa informou que excluiu o crédito consignado do Auxílio Brasil - que voltará a se chamar Bolsa Família - de seu portfólio de produtos após realizar estudos técnicos sobre a modalidade. A linha de crédito já estava suspensa no banco público desde 12 de janeiro para revisão, como foi anunciado pela presidente Rita Serrano. **PÁGINA 3**

O presidente afirmou que os ucranianos provaram ser invencíveis

Guerra completa um ano e Zelenski promete vitória

O presidente da Ucrânia acredita que o aumento dos gastos com defesa anunciado pela Otan é o passo certo para impedir que a Rússia tente novas invasões



The Presidential Office of Ukraine

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski, prometeu lutar pela vitória na guerra em 2023, enquanto os ucranianos marcaram o sombrio aniversário da invasão russa na sexta-feira, que ele chamou de "o dia mais longo de nossas vidas". Zelenski adotou um tom de severo e aproveitou o "aniversário" de um ano de guerra, 24 de fevereiro, para parabenizar os ucranianos por sua resiliência diante da maior e mais mortal guerra da Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Ele disse que os ucranianos provaram ser invencíveis no que chamou de "um ano de dor, tristeza, fé e união". O presi-

dente da Ucrânia disse que espera poder conversar com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, "em breve", ao afirmar que já enviou um convite para o líder brasileiro visitar a Ucrânia. Zelenski comentou que acha importante o apoio do Brasil para o lado ucraniano, na expectativa de que Lula possa ser "uma ponte para poder conversar com mais países da América Latina". Lula foi às redes sociais na sexta-feira para renovar os apelos de paz. Para o presidente, os países não envolvidos no conflito, como o Brasil, devem encaminhar uma negociação pelo fim da guerra. "No momento em que a humanidade, com tantos desafios, precisa de paz, com-

DESAFIOS

Haddad admite que alta dos juros pode agravar o cenário econômico



Rovena Rosa - Agência Brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a elevação dos juros em meio a um cenário de economia mundial fragilizada agrava o cenário para os países pobres. A fala aconteceu durante reunião do G20, na Índia. "Estamos preocupados com os níveis de endividamento, principalmente entre os países mais pobres. A elevação dos juros em meio à fragilidade da economia mundial agrava o cenário". Haddad ainda comentou sobre os desafios para o financiamento de iniciativas voltadas para o equilíbrio climático, mencionando que investimentos do tipo apresentam taxas de risco mais altas. **PÁGINA 2**

AUXÍLIO

EUA forneceram drones e munição para Ucrânia

PÁGINA 5

PRONAF

Leite pede prazo maior para financiamentos

PÁGINA 8

GALEÃO

Governo vai estudar o futuro dos aeroportos

PÁGINA 8

IBOVESPA 105.798,43 ↓ -1,67%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
AZUL PN N2	7,62	+4,96%	+0,36
GOL PN N2	5,65	+1,44%	+0,08
MAGAZ LUIZA ON NM	3,61	3,61	+1,40%
SLC AGRICOLA ON NM	50,74	+0,77%	+0,39
ENERGISA UNT N2	39,19	+0,67%	+0,26

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
DEXCO ON NM	6,42	-6,14%	-0,42
CSNMINERACAO N2	4,620	-5,52%	-0,270
SID NACIONAL ON	16,52	-5,22%	-0,91
RAIZEN PN N2	2,890	-4,93%	-0,150
ALPARGATAS PN N1	9,44	-4,74%	-0,47

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
PETROBRAS PN N2	25,97	-2,18%	-0,58
VALE ON NM	85,04	-2,20%	-1,91
ITAUUNIBANCO PN N1	25,67	-3,06%	-0,81
BRADESCO PN N1	13,30	-3,20%	-0,44
BRASIL ON EX NM	40,48	-1,94%	-0,76

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	32.816,92	-1,02%
S&P 500	3.970,04	-1,05%
NASDAQ	11.394,94	-1,69%
DAX 30	15.209,74	-1,72%
FTSE 100	7.878,66	-0,37%
IBEX 35	9.221,80	-0,11%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,198	5,199	↑ 1,23%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,026	0,027	↑ 1,02%

EURO

COMPRA	VENDA	%
5,484	5,485	↑ 0,79%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,212	6,214	↑ 0,67%

OURO

BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
297,80	USD\$ 1.811,06

ENDIVIDAMENTO

Haddad diz que alta dos juros agrava o cenário econômico



O ministro falou sobre os desafios para o financiamento de iniciativas voltadas para o equilíbrio climático, mencionando que investimentos do tipo apresentam taxas de risco mais altas

Fernando Haddad: "É fundamental que os países desenvolvidos cumpram os compromissos estabelecidos pelo Acordo de Paris e a ambição declarada em Glasgow e no Egito, incluindo o aumento de recursos para mitigação e adaptação"

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a elevação dos juros em meio a um cenário de economia mundial fragilizada agrava o cenário para os países pobres. A fala aconteceu durante reunião do G20, na Índia, na sexta-feira. "Estamos preocupados com os níveis de endividamento, principalmente entre os países mais pobres. A elevação dos juros em meio à fragilidade da economia mundial agrava o cenário", disse Haddad.

Durante o discurso, o ministro também destacou que é importante que os governos tenham mecanismos para uma "reestruturação ordenada e oportuna", algo que é do interesse de credores e devedores, na sua avaliação. "O Brasil defende que os debates considerem as especificidades, em particular as dos países em desenvolvimento e emergentes, que têm diferentes desa-

fios e prioridades econômicas e sociais", afirmou.

Na fala, Haddad ainda comentou sobre os desafios para o financiamento de iniciativas voltadas para o equilíbrio climático, mencionando que investimentos do tipo "apresentam taxas de risco mais altas", o que, na sua visão, dificulta o alcance das metas de redução de carbono, por exemplo.

"É fundamental que os países desenvolvidos cumpram os compromissos estabelecidos pelo Acordo de Paris e a ambição declarada em Glasgow e no Egito, incluindo o aumento de recursos para mitigação e adaptação", afirmou o ministro. "No caso brasileiro, gostaria de destacar o compromisso renovado do presidente Lula de acabar com o desmatamento até 2030", acrescentou.

Haddad também lembrou da necessidade de investimentos em infraestrutura nas cidades, iniciativa que ele considera "fundamental" para um desenvolvimento equilibrado e inclu-

“O Brasil estava isolado, ausente e em desacordo com seus valores e tradições. Olhando para o futuro, vamos reconstruir nossa presença internacional.”

FERNANDO HADDAD, MINISTRO DA FAZENDA

sivo, com soluções sustentáveis de baixo carbono e que respeitem a natureza. "Como ex-prefeito da maior cidade do Brasil, saúdo a Índia por buscar soluções centradas na cidade", disse.

O ministro afirmou ainda que o governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pretende reconstruir a presença internacional do Brasil e também criticou a política externa do governo do ex-pre-

sidente Jair Bolsonaro (PL). "Herdamos um cenário diplomático problemático. O Brasil estava isolado, ausente e em desacordo com seus valores e tradições. Olhando para o futuro, vamos reconstruir nossa presença internacional. Os assuntos econômicos e financeiros são uma parte crucial desse esforço", disse.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, também esteve presente na reu-

nião. O ministro afirmou que o governo Lula considera o G20 central para o fortalecimento do multilateralismo e enfatizou a necessidade da efetividade das propostas aventadas.

"Enfrentamos vários desafios interligados, crises multidimensionais, consequências da pandemia, guerras, conflitos, aumento da pobreza, desigualdades e obstáculos ao abastecimento de alimentos e ener-

gia limpa a preços acessíveis", disse Haddad. "Nesse contexto, o aumento do diálogo entre as maiores economias é importante, mas não suficiente. Precisamos de ações com resultados concretos", completou o ministro, que afirmou ainda que o governo concorda com as propostas sugeridas pelo governo indiano durante a reunião.

Haddad também defendeu a necessidade de discussões sobre reformas nos bancos multilaterais de desenvolvimento para que as instituições financeiras reforcem a formação de parcerias e canalização de recursos para temas como clima, alimentação e pobreza.

"Essas instituições devem ser bem capitalizadas e flexíveis para apoiar os países em desenvolvimento com financiamento de longo prazo, taxas de juros adequadas e estruturas inovadoras para reduzir riscos, estimular parcerias público-privadas e atrair investimentos privados", disse o ministro.

EDUCAÇÃO

IPCA-15 subiu para 0,76% em fevereiro

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) subiu 0,76% em fevereiro, após ter avançado 0,55% em janeiro, informou na manhã de sexta-feira, 24, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado ficou acima da mediana das estimativas dos analistas do mercado financeiro, de 0,72%, num intervalo de 0,54% a 0,84%. Com o resultado agora anunciado, o IPCA-15 registrou um aumento de 1,31% no acumulado do ano. Em 12 meses, a alta foi de 5,63%, de acordo com o IBGE. Este resultado também superou a mediana das projeções. O intervalo ia de avanço de 5,40% a 5,72%,

com mediana de 5,58%.

A alta foi a mais elevada desde abril de 2022, quando houve avanço de 1,73%. Em janeiro de 2023, o indicador havia apresentado variação positiva de 0,55%. No mês de fevereiro de 2022, o IPCA-15 havia subido um pouco mais: 0,99%.

Em contrapartida, o resultado do segundo mês de 2023 fez a taxa acumulada em 12 meses desacelerar ao menor nível desde março de 2021, quando era de 5,52%.

A taxa do IPCA-15 acumulada em 12 meses desacelerou de 5,87% em janeiro para 5,63% em fevereiro. Este resultado também superou a mediana

das projeções. O intervalo ia de avanço de 5,40% a 5,72%, com mediana de 5,58%. No primeiro bimestre de 2023, o IPCA-15 acumulou alta de 1,31%.

Em fevereiro, os gastos das famílias brasileiras com Educação passaram de uma alta de 0,36% em janeiro para uma elevação de 6,41%, o que gerou uma contribuição positiva de 0,36 ponto percentual para o IPCA-15 deste mês, informou o IBGE.

Em Educação, a maior contribuição partiu dos cursos regulares, que aumentaram 7,64%, devido aos reajustes habitualmente praticados no início do ano letivo. Houve elevação nos gastos

com o ensino médio (10,29%), ensino fundamental (10,04%), pré-escola (9,58%) e creche (7,28%).

As famílias também pagaram mais pelo ensino superior (5,33%), curso técnico (4,50%) e pós-graduação (3,47%).

A queda nos preços de proteínas como as carnes e o frango ajudou a desacelerar o ritmo de aumento da alimentação na passagem de janeiro para fevereiro. O grupo Alimentação e Bebidas passou de uma alta de 0,55% em janeiro para uma elevação de 0,39% em fevereiro.

O grupo Alimentação e Bebidas deu uma contribuição de 0,08 ponto percentual

para a taxa de 0,76% do IPCA-15 deste mês. A alimentação no domicílio subiu 0,38%, devido às altas da cenoura (24,25%), hortaliças e verduras (8,71%), leite longa vida (3,63%), arroz (2,75%) e frutas (2,33%).

Por outro lado, caíram os preços da cebola (-19,11%), tomate (-4,56%), frango em pedaços (-1,98%) e carnes (-0,87%). A alimentação fora do domicílio subiu 0,40%. O lanche teve alta de 0,78%, e a refeição fora de casa aumentou 0,16%.

A queda de 9,45% nos preços das passagens aéreas desacelerou o ritmo de alta no gasto das famílias com transportes em fevereiro. O grupo Trans-

portes passou de uma alta de 0,17% em janeiro para uma elevação de 0,08% em fevereiro.

O grupo foi responsável por 0,02 ponto percentual para a formação da taxa de 0,76% registrada pelo IPCA-15 neste mês. Os combustíveis recuaram 0,28% em fevereiro, com reduções de preços em todos eles: etanol (-1,65%), gás veicular (-1,59%), óleo diesel (-0,59%) e gasolina (-0,04%).

O emplacamento e licença subiu 1,62%, incorporando a fração mensal do IPVA de 2023. Os ônibus urbanos tiveram alta de 0,99%, devido ao aumento de 6,17% nas passagens do Rio de Janeiro desde 7 de janeiro.

O trem aumentou 1,34%, em função de um reajuste ocorrido na região metropolitana do Rio de Janeiro, onde as tarifas para a população em geral foram reajustadas em 48% a partir de 9 de fevereiro.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

DIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna Luz

DIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsdp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:



RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906

SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000

BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845

BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232

REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

CUSTOS ALTOS

Grupo BASF deve registrar prejuízo de € 1,3 bilhão em 2022

A redução dos lucros foi atribuída a um forte declínio nas contribuições dos segmentos de produtos químicos e materiais

O Grupo Basf deve apresentar prejuízo de € 1,376 bilhão em 2022. Isso está abaixo do valor do ano anterior (lucro de € 5,523 bilhões) e da estimativa média dos analistas para 2022 (€ 4,768 bilhões). A empresa demonstrou resiliência no ano passado em um ambiente de mercado desafiador, dominado pelas consequências da guerra na Ucrânia. A BASF aumentou as vendas em 11,1% para € 87,3 bilhões. O crescimento foi impulsionado principalmente por preços mais altos em quase todos os segmentos devido a um aumento nos preços de matérias-primas e energia. Os segmentos de Materiais e Químicos implementaram os maiores aumentos de preços. Volumes significativamente mais baixos em geral diminuíram o crescimento das vendas. O desenvolvimento foi impulsionado principalmente por volumes de vendas mais baixos nos segmentos de tecnologias de superfície e produtos químicos.

Com € 6,9 bilhões, o lucro operacional (EBIT) antes dos itens especiais ficou 11,5% abaixo do valor do ano anterior, mas dentro do intervalo previsto. A queda dos lucros foi atribuída a um forte declínio nas contribuições dos segmentos de Produtos Químicos e Materiais. Ambos os setores registraram margens e volumes mais baixos, bem como custos fixos mais altos.

Por outro lado, o EBIT antes dos itens extraordinários aumentou em todos os outros segmentos. O segmento de Soluções Agrícolas aumentou consideravelmente o EBIT antes dos itens especiais, principalmente como resultado do desempenho positivo das vendas devido aos aumentos de volumes e preços.

O segmento de Nutrition & Care também obteve um aumento considerável, principalmente devido ao crescimento da margem impulsionado pelo preço. O segmento de Tecnologias de Superfície registrou ganhos consideravelmente mais altos, especialmente devido ao aumento das contribuições dos lucros dos negócios de catalisadores automotivos e materiais para baterias.

Preços e volumes mais altos na divisão de Tintas apoiaram



Reuters

A Basf anunciou medidas concretas de redução de custos na Europa, bem como medidas para adaptar as estruturas de produção na unidade de Verbund

ainda mais o desempenho dos ganhos do segmento. O segmento de Soluções Industriais aumentou ligeiramente o EBIT antes de itens especiais como resultado do crescimento da

margem impulsionado pelo preço. O EBIT antes dos itens especiais atribuíveis a Outros melhorou ligeiramente.

Em 2022, os ganhos operacionais do Grupo BASF foram

sobrecarregados por custos adicionais de energia de € 3,2 bilhões globalmente. A Europa foi responsável por cerca de 84% desse aumento, que afetou principalmente o local da

Verbund em Ludwigshafen. Os custos mais altos do gás natural representaram 69% do aumento geral nos custos de energia globalmente.

Os itens especiais no EBIT

totalizaram € 330 milhões negativos em 2022, em comparação com € 91 milhões negativos no ano anterior. Com € 6,5 bilhões, o EBIT para o Grupo BASF em 2022 foi consideravelmente menor do que no ano anterior. Este valor inclui os resultados de empresas integrais contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, que diminuíram 289 milhões de euros para 386 milhões de euros.

As imparidades excepcionalmente altas na participação acionária na Wintershall Dea AG também afetaram negativamente o lucro líquido das participações acionárias do Grupo BASF. Em 2022, o lucro líquido de participações foi de menos € 4,9 bilhões, após € 207 milhões em 2021. O declínio significativo deveu-se a encargos especiais de cerca de € 6,3 bilhões, principalmente de perdas por imparidade não efetivas em dinheiro na participação acionária na Wintershall Dea AG. Isso ocorreu especialmente devido à desconsolidação das atividades de exploração e produção russas da Wintershall Dea, que posteriormente resultaram em uma reavaliação das participações russas da Wintershall Dea.

Outras reduções foram feitas nos negócios europeus de transporte de gás da Wintershall Dea, incluindo uma redução total na participação acionária na Nord Stream AG e no financiamento do projeto Nord Stream 2. A contribuição dos lucros operacionais da Wintershall Dea para 2022 aumentou para aproximadamente € 1,5 bilhão, após € 335 milhões no ano anterior.

Como resultado do lucro líquido significativamente menor das participações acionárias, o lucro líquido do Grupo BASF foi de € 627 milhões negativos em comparação com € 5,5 bilhões em 2021.

O presidente do Conselho de Administração, Martin Brudermüller, anunciou medidas concretas de redução de custos focadas na Europa, bem como medidas para adaptar as estruturas de produção na unidade de Verbund em Ludwigshafen. "A competitividade da Europa está sofrendo cada vez mais com o excesso de regulamentação, processos de licenciamento lentos e burocráticos e, em particular, altos custos para a maioria dos fatores de produção", disse Brudermüller.

PLANO DE RECUPERAÇÃO

Americanas deve mais de R\$ 70 milhões para editoras

A Americanas deve R\$ 71,87 milhões para cerca de 100 editoras de livros, de acordo com a lista de credores que a varejista entregou à Justiça ao pedir recuperação judicial. Os valores das dívidas variam entre R\$ 75 e R\$ 7,68 milhões. O levantamento foi feito com base na lista de credores da empresa.

O prejuízo milionário das editoras vem no mesmo ano em que a Livraria Cultura teve a falência decretada pela Justiça por não honrar os pagamentos acordados com os credores - depois, a livraria conseguiu reverter o quadro, ao menos temporariamente, para voltar ao status de empresa em recuperação judicial.

A maior credora da Americanas entre as editoras é a Catavento, com R\$ 7,68 milhões, seguida pela Intrínseca, que tem R\$ 5,9 milhões a receber, e pela Companhia das Letras, com R\$ 5,3 milhões. A Panini aparece em quarto lugar, com R\$ 5 milhões a serem pagos pela varejista.

Quase 90% da dívida com o setor está concentrada em 20 empresas, que têm R\$ 1 milhão ou mais a receber da Americanas.

Com a Americanas em recuperação judicial, as dívidas com as editoras, que representam 3% do faturamento anual do setor, devem ser pagas no prazo a ser acordado com credores

na votação do plano de recuperação. Ou seja, as empresas terão de arcar com o prejuízo pelos próximos meses ou mesmo anos.

O impacto financeiro do caso da Americanas é significativo para o setor, que já enfrentava dificuldades para aumentar a receita. O faturamento do mercado de livros no Brasil em 2022 foi de R\$ 2,58 bilhões, e deve atingir R\$ 2,6 bilhões em 2023, um crescimento de 2,3%, de acordo com dados da consultoria Statista.

A previsão do avanço do mercado para este ano é inferior à média global, que é de 3,4%. No País, o gasto anual médio por consumidor no mercado de livros é de R\$ 56,46, enquanto chega a R\$196 no mundo. Até 2027, a consultoria prevê uma taxa composta anual de crescimento de 1,77% no faturamento do segmento de livros no Brasil.

De acordo com Dante Cid, presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), nenhuma das grandes editoras corre o mesmo risco que as pequenas, mais sensíveis às perdas financeiras. Cid diz que a Americanas era responsável por cerca de 10% do faturamento das grandes - bem menos que a livraria Saraiva, outra que entrou em recuperação judicial e que era responsável por 40% ou 50% do faturamento das editoras. Ainda assim, Cid avalia que a recuperação judicial da Americanas pode levar o setor a registrar crescimento zero em 2022.

"É um problema grave que pegou todo mundo de surpresa. O timing foi péssimo, porque estava se aproximando do momento de as editoras receberem pelas vendas da Black Friday e do Natal. Essas vendas fizeram muita diferença no ano", diz.

Cid afirma que os estoques que antes iam para a Americanas devem ir para concorrentes no comércio eletrônico. Porém, a perda da exposição dos livros nas lojas físicas é um golpe mais difícil para o setor superar. "Algumas editoras haviam sentido insegurança com a Americanas e reduziram o trabalho com a varejista. Mas a grande maioria trabalhava com ela normalmente. Agora, a maioria vai suspender as negociações com a empresa e outras vão trabalhar apenas com pagamentos à vista", diz.

Procuradas, as editoras citadas na reportagem não comentaram o caso. A Americanas também não se pronunciou. Em entrevista publicada pelo jornal O Globo, o fundador e presidente da Companhia das Letras, Luiz Schwarz, disse que o efeito Americanas talvez seja menor que os fechamentos de grandes livrarias.

ALTA VULNERABILIDADE

Caixa deixará de oferecer o consignado do Auxílio Brasil

A Caixa informou que excluiu o crédito consignado do Auxílio Brasil - que voltará a se chamar Bolsa Família - de seu portfólio de produtos após realizar estudos técnicos sobre a modalidade. A linha de crédito já estava suspensa no banco público desde 12 de janeiro para revisão, como foi anunciado pela presidente Rita Serrano no dia de sua posse.

O banco explicou, contudo, que os contratos já celebrados seguem válidos e sem alterações. "O pagamento das prestações continua sendo realizado de forma automática, por meio de desconto no benefício, diretamente pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)."

O consignado do Auxílio foi aprovado no Congresso e foi lançado pela Caixa em outubro - algo que foi na direção oposta dos demais grandes bancos, que preferiram não oferecer a modalidade diante da alta vulnerabilidade do público-alvo.

Por ter sido lançado no banco público entre o primeiro e o segundo turno da eleição, a oferta do consignado pela Caixa também foi criticada devido ao possível teor eleitoral, já que o então presidente da República, Jair Bolsonaro, buscava apoio das classes mais baixas da população em sua campanha à reeleição.

No governo Lula, a linha de crédito foi reformulada, com redução da taxa de juros máxima de 3,5% para 2,5% ao mês. Agora, o desconto mensal do benefício assistencial devido ao empréstimo só pode ser de até 5%, contra 40% antes. E as parcelas não podem exceder seis prestações, contra 24 anteriormente.

A Caixa anunciou também novas medidas de apoio aos municípios paulistas de Beritonga, Caraguatatuba, Guarujá, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba, atingidos pelas fortes chuvas. A partir de sexta-feira (24), todas as agências do banco vão abrir uma hora mais cedo, às 9h, para atendimento à população. Para o pagamento do Saque Calamidade do FGTS, o banco está auxiliando as autoridades locais para agilizar a liberação dos valores aos trabalhadores.

Além disso, a Caixa vai realizar o pagamento antecipado do Auxílio Brasil, conforme definição do Governo Federal, disponibilizar condições especiais em linhas de crédito e para pagamento de contratos habitacionais, pausa nas prestações e carência de seis meses em empréstimos voltados a hospitais, fluxo facilitado para acionamento de sinistros pela Caixa Seguridade e assessoria técnica aos municípios.

As ações acontecem após o reconhecimento pelo Ministério

da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) da situação de calamidade dos municípios e a delimitação da área afetada pela Defesa Civil Municipal.

Conforme definição do Governo Federal, a Caixa realizará o pagamento antecipado do Programa Auxílio Brasil no mês de março. Todas as famílias beneficiárias terão acesso aos recursos no dia 20 de março, primeiro dia de pagamento, independentemente do final do NIS.

As famílias que ainda não sacaram a parcela de fevereiro também estão com os valores disponíveis, independentemente do final do NIS.

A Caixa possibilita a pausa de até 90 dias nos contratos de financiamento habitacional nas regiões atingidas, mediante solicitação nas agências do banco. As prestações são incorporadas ao saldo devedor dos clientes.

O banco também oferece suporte imediato aos clientes para acionamento de seguro habitacional e procedimentos para pagamento de indenizações. Além disso, foram enviadas equipes técnicas às regiões para avaliar o impacto das chuvas nos empreendimentos de habitação social e prestar o apoio aos moradores.

A Caixa disponibiliza equipe técnica, com arquitetos e engenheiros, para assistência aos municípios.

EXPORTAÇÕES

Minerva Foods apresentou prejuízo de R\$ 25,7 milhões

As exportações continuam correspondendo a mais da metade da receita obtida pela empresa, cerca de R\$ 4,5 milhões

A Minerva Foods registrou prejuízo líquido de R\$ 25,7 milhões no quarto trimestre de 2022. O valor representa uma reversão significativa ante o lucro de R\$ 150,3 milhões reportado em igual período de 2021. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) alcançou R\$ 607,5 milhões, queda de 17,4% sobre os R\$ 735,3 milhões verificados no mesmo intervalo do ano anterior. A margem Ebitda foi de 8,9%, ante 9,8% no quarto trimestre de 2021.

A receita líquida obtida entre outubro e dezembro somou R\$ 6,839 bilhões, queda de 8,9% sobre os R\$ 7,505 bilhões obtidos nos três meses do ano anterior. A receita bruta atingiu R\$ 7,328 bilhões, recuo de 8,2% na comparação interanual.

As exportações continuam correspondendo a mais da metade da receita obtida pela Minerva no período: cerca de 69% do acumulado, ou R\$ 4,573 milhões, enquanto o mercado interno foi responsável por R\$ 2,755 milhões. Segundo a companhia, em nota encaminhada ao mercado, o resultado das exportações em 2022 consolida a Minerva como líder na exportação de carne bovina na América do Sul com aproximadamente 20% de market share. O índice de alavancagem



Minerva Foods: a receita líquida obtida somou R\$ 6,839 bilhões

(relação entre dívida líquida e Ebitda) recuou de 2,5 vezes para 2,15 vezes, o menor nível desde 2007. Ainda segundo a empresa, o fluxo de caixa livre após Despesas Financeiras, Capex e Capital de Giro e, excluindo o impacto da aquisição da Australian Lamb Company (ALC), alcançou R\$ 268,3 milhões. No ano, o fluxo de caixa livre totalizou R\$ 647,0 milhões.

A empresa também informou que o pagamento de dividendos será no valor total de R\$ 208,6 milhões ou R\$ 0,36/ação. Conforme a política de distribuição de dividendos, a Minerva se compromete a pagar 50% do lucro líquido, se o índice de alavancagem for menor ou igual a 2,5 vezes.

No quarto trimestre de 2022, os abates da Minerva caí-

ram 4%, para 855,3 mil cabeças, somando 3,7 milhões de cabeças abatidas no ano, alta de 5% ante 2021. De acordo com a empresa, a expansão ocorre pela consistente demanda internacional por carne bovina, além da disponibilidade de animais prontos para o abate, especialmente no Brasil.

A Minerva também informou que o volume de vendas aumentou 5,3% no quarto trimestre do ano passado, passando de 288 mil toneladas para 303,2 mil toneladas. Do total, 154,1 mil toneladas foram vendidas no Brasil, 19,3% a mais do que em igual intervalo de 2021. Já a América do Sul foi responsável pela venda de 149,2 mil toneladas, queda de 6% na mesma base comparativa.

No acumulado de 2022, o lucro líquido totalizou R\$ 655,1 milhões, incremento de 9,4% frente ao ano anterior, enquanto a receita bruta totalizou R\$ 32,9 bilhões, alta de 15% ante 2021. No período, o Ebitda ficou em R\$ 2,8 bilhões, alta de 17,6% na base anual, com uma margem Ebitda de 9,2%. O Ebitda Ajustado somou R\$ 3,1 bilhões. Segundo a companhia, a receita consolidada no mercado interno alcançou R\$ 10,3 bilhões em 2022, crescimento de 12% ante 2021, mesmo frente às dificuldades do cenário macroeconômico do nosso continente.

Bancos projetam alta de 8,3% no crédito em 2023

Os bancos brasileiros estão ligeiramente mais otimistas com o crescimento do crédito este ano, mas esse otimismo vem da expectativa de uma atuação mais ampla dos bancos públicos. A percepção é da Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas, divulgada na sexta-feira, 24.

O levantamento aponta uma projeção de crescimento de 8,3% do crédito no País neste ano, ante os 8,2% captados na rodada da pesquisa realizada em dezembro do ano passado. O crescimento vem do crédito direcionado: espera-se alta de 8,4% em 2023, ante os 7,7% esperados em dezembro.

Neste tipo de operação, em que o recurso tem um "carimbo" específico, as projeções subiram tanto entre pessoas jurídicas (de 5,8% para 7,1% em dois meses) quanto entre pessoas físicas (de 8,6% para 9,2%), de acordo com a entidade.

O crédito direcionado inclui, por exemplo, financiamentos imobiliários ou programas de crédito lançados pelo governo para empresas de pequeno e médio portes.

"No caso da carteira direcionada, uma explicação possível é a possibilidade de termos uma maior atuação dos bancos públicos no novo governo no mercado de crédito", diz em nota Rubens Sardenberg, diretor de Economia, Regulação Prudencial e Riscos da Febraban.

Ele emenda que uma outra explicação possível é de que diante dos juros mais altos nos empréstimos livres e da menor atividade do mercado de capitais, a demanda por programas direcionados cresce entre as empresas. Isso ajuda a explicar a redução nas projeções para o crédito livre, que caíram de alta



Sardenberg: "maior atuação pública"

de 8,6% para alta de 8,2% entre uma rodada e outra da pesquisa. Entre pessoas jurídicas, a projeção recuou de 8,3% para 7,3% de alta; entre pessoas físicas, caiu de alta de 10,1% para alta de 8,7% neste ano em relação a 2022.

"Há uma expectativa de desaceleração econômica devido à inflação elevada, juros altos e um cenário externo mais desfavorável, ainda com muitas incertezas", acrescenta Sardenberg.

No caso do crédito a empresas, a pesquisa de fevereiro é a primeira realizada após o caso Americanas, que colocou o crédito livre a empresas e fornecedores sob lupa nos bancos. As instituições tratam a debacle da varejista como um caso isolado, mas têm restringido a concessão de crédito a determinados clientes pessoas jurídicas.

A pesquisa da Febraban é realizada a cada 45 dias, e capta, entre outros pontos, as expectativas para o crédito e a leitura dos bancos sobre a ata da reunião mais recente do Copom.

A rodada de fevereiro foi realizada entre os dias 8 e 14 deste mês, com 19 dos maiores bancos do País.

SEGUROS

Sompo implementa Plano de Contingência no litoral de SP

A Sompo Seguros S.A., subsidiária da Sompo Internacional, empresa responsável pelas operações de seguro e resseguro do Grupo Sompo Holdings fora do Japão, em virtude da situação de calamidade pública decretada por conta dos temporais que castigaram sobretudo as cidades de Ubatuba, São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Bertioga, instaurou o Plano de Contingência de Sinistros. A iniciativa visa garantir ainda mais agilidade no processo de comunicação, avaliação e indenização de perdas e danos sofridos por segurados do Litoral Norte do Estado de São Paulo.

"A Sompo Seguros já conta com processos estabelecidos para situações de impacto social e econômico

relevantes como essa. O mais importante é garantir meios para o pronto atendimento, fácil comunicação e trâmite agilizado de todo o processo de análise e indenização de sinistros.

Temos uma equipe dedicada ao atendimento desses segurados, acionamos os prestadores locais e disponibilizamos todos os nossos canais de atendimento para prestar todo o suporte aos segurados e parceiros corretores de seguros", avalia Andreia Paterniani, diretora da área de Sinistro da Sompo Seguros. "Até a manhã desta quarta-feira, dia 22 de fevereiro, tivemos 34 aberturas de processos de sinistro por conta de danos em veículos, residências, condomínios e empresas.

Paraná Clínicas inaugura Centro Integrado de Medicina

A Paraná Clínicas, empresa do Grupo SulAmérica, organizou na noite do dia 23, o evento oficial de lançamento de seu mais novo CIM - Centro Integrado de Medicina - em Maringá (PR), com presença de autoridades municipais, executivos(as) da seguradora e da operadora, além de convidados e convidadas do segmento de corretagem da região. A unidade própria, localizada no bairro Maringá Velho, terá capacidade de oferecer até 30 mil atendimentos mensais de diferentes especialidades médicas e

deve se tornar uma referência na estrutura de saúde privada da região.

Com 52 anos de atuação em Curitiba e região metropolitana, a Paraná Clínicas passou a fazer parte do Grupo SulAmérica em 2020, após a conclusão de sua aquisição pela seguradora. Com importante atuação na região Sul do país, em 2022, a operadora deu início a um ousado projeto de expansão pelo estado. Em novembro, inaugurou um CIM em Londrina (PR), consolidando o primeiro passo



O pagamento das indenizações garantiu ao segurado o reembolso por perdas ou danos ocorridos

Seguro Transporte paga R\$ 2,8 bi em indenizações

Proteger a carga transportada contra os mais diversos tipos de risco, desde a origem até o destino, é o objetivo do seguro Transporte. Somente em 2022, segundo um levantamento da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), a modalidade pagou mais de R\$ 2,8 bilhões em indenizações para os segurados, o que representa um aumento de 35,5%, se comparado com 2021.

O pagamento das indenizações garantiu ao segurado o reembolso por perdas ou danos ocorridos durante o transporte aquaviário, rodoviário, ferroviário e aéreo, nacional ou internacional. No período analisado, foi identificado um avanço de 25,1% na arre-

cação, com um total de R\$ 5,3 bilhões.

"O seguro Transporte é importante para a economia porque garante a continuidade das cadeias de produção e de abastecimento em todo o país", ressalta Dyogo Oliveira, presidente da CNseg. São três as modalidades de seguro Transporte: Embarcador Nacional e Embarcador Internacional, que são seguros contratados pelo dono da carga e são obrigatórios caso este seja pessoa jurídica, com exceção aos órgãos públicos; e o Transportador, que é um seguro de responsabilidade civil contratado pelo transportador da carga.

O Embarcador Nacional, que pagou aproximadamente

R\$ 900 milhões em indenizações (+28%) e arrecadou R\$ 1,5 bilhão (+29,8%), garante o reembolso dos prejuízos causados aos bens segurados durante transporte em vias nacionais terrestres, aéreas ou aquaviárias.

Já o Embarcador Internacional, que pagou R\$ 353 milhões em indenizações (+132,5%) e arrecadou R\$ 1,1 bilhão (+33,9%), garante ao exportador/importador o reembolso dos prejuízos causados aos bens segurados durante transporte em vias internacionais terrestres, aéreas ou aquaviárias.

Por fim, o Transportador, que pagou R\$ 1,7 bilhão em indenizações, montante 28,0% superior ao do ano anterior.

Qualiviva mira expansão no mercado de Brasília (DF)

A Qualicorp, plataforma de escolha de planos de saúde, expandiu as atividades de seu programa de atenção primária à saúde, Qualiviva, para a cidade de Brasília, no Distrito Federal. Essa será a primeira expansão desde que a iniciativa foi lançada, em 2015, para clientes da cidade de São Paulo. Na Capital Federal, o programa terá como foco o atendimento de funcionários públicos de mais de 24 órgãos com potencial de alcançar mais de 1 mil clientes, sem custo adicional no plano.

O Qualiviva é uma iniciativa de reforço da Quali no relacionamento com seus clientes que visa promover a saúde de forma integral, por meio do atendimento e acolhimento. O programa promove atividades que proporcionam uma experiência completa de saúde, com foco na orientação e promoção da importância da qualidade de vida e do bem-estar.

Segundo Liliane Pace, diretora de Inteligência Médica da Qualicorp, a ideia de levar o programa para Brasília surgiu a partir de experiências obtidas durante a parceria da empresa com entes públicos, como o Ministério da Justiça e a Infraero. "A alta adesão dos clientes a campanhas como Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul nos mostraram o quanto o programa pode beneficiar mais pessoas", explica.

UNIÃO

Guerra com Rússia completa um ano e Zelenski promete vitória aos ucranianos

O presidente da Ucrânia parabenizou os ucranianos por sua resiliência diante da maior e mais mortal guerra da Europa e disse que eles provaram ser invencíveis num ano de dor, fé, tristeza e união

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski, prometeu lutar pela vitória na guerra em 2023, enquanto ele e outros ucranianos marcaram o sombrio aniversário da invasão russa na sexta-feira, que ele chamou de "o dia mais longo de nossas vidas".

Zelenski adotou um tom de severo e aproveitou o "aniversário" de um ano de guerra, 24 de fevereiro, para parabenizar os ucranianos por sua resiliência diante da maior e mais mortal guerra da Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Ele disse que os ucranianos provaram ser invencíveis no que chamou de "um ano de dor, tristeza, fé e união".

Os ucranianos compareceram a memoriais, fizeram vigílias e outras comemorações por suas dezenas de milhares de mortos - um número que cresce o tempo todo com a fúria dos combates no leste da Ucrânia em particular. Embora sexta-feira tenha marcado o aniversário da invasão em grande escala, o combate entre as forças apoiadas pela Rússia e as tropas ucranianas tem ocorrido no leste do país desde 2014.

Mas a paz não está à vista, embora a China tenha pedido na sexta um cessar-fogo. Essa ideia foi anteriormente rejeitada pela Ucrânia por medo de permitir que a Rússia se reagrupasse militarmente. Um documento de 12 pontos divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores da China também pediu o fim das sanções ocidentais, que estão pressionando a economia da Rússia.

Essa sugestão também parece inviável, visto que as nações ocidentais estão trabalhando para apertar ainda mais o laço das sanções, não para afrouxá-lo. O governo do Reino Unido impôs mais sanções na sexta-feira a empresas que fornecem equipamentos militares para Moscou e disse que impediria as exportações para a Rússia de peças de aeronaves e outros componentes.

O presidente da Ucrânia afirmou acreditar que o aumento de gastos com defesa anunciado por alguns países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), como a Alemanha, é "o passo certo" para os próximos anos, com a finalidade de impedir que a Rússia tente novas invasões em um futuro próximo. "Baseado no que vimos no comportamento da Rússia até agora, não podemos deixar que isso aconteça de novo".

Zelenski também comentou que uma possível negociação com a Rússia, "enquanto Vladimir Putin (presidente da Rússia) não tirar suas tropas da Ucrânia e parar com seus ataques", não será possível.

O presidente da Ucrânia disse que espera poder conversar com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, "em breve", ao afirmar que já enviou um convite para o líder brasileiro visitar a Ucrânia. Zelenski comentou que acha importante o apoio do Brasil para o lado ucraniano, na expectativa de que Lula possa ser "uma ponte para poder conversar com mais países da América Latina".

Durante coletiva de imprensa convocado para marcar um ano do conflito entre Rússia e Ucrânia, Zelenski disse estar "esperando um encontro de olho



The Presidential Office of Ukraine

Zelenski disse que uma negociação com a Rússia, enquanto Vladimir Putin não tirar suas tropas da Ucrânia e parar com seu ataque, não será possível"

ARTILHARIA

EUA vão fornecer mais US\$ 2 bilhões em drones e munição para a Ucrânia

O Pentágono anunciou um novo pacote de assistência de segurança à Ucrânia na sexta-feira, 24, que marca o primeiro aniversário da invasão pela Rússia, comprometendo-se a enviar mais US\$ 2 bilhões em munição e uma variedade de drones de última geração para a batalha.

O anúncio veio dias depois de o presidente dos EUA, Joe Biden, fazer uma visita surpresa a Kiev e prometer apoio "inabalável" à Ucrânia. Na ocasião, Biden disse ao presidente Volodymyr Zelenski e seu povo que "os americanos estão com vocês, e o mundo está com vocês".

Em comunicado, o Pentágono disse que o pacote inclui armas para combater os sistemas não tripulados da Rússia e vários tipos de drones, bem como equipamentos eletrônicos de detecção de guerra.

O pacote inclui ainda recursos para munição adicional para os Sistemas de Foguetes de Artilharia de Alta Mobilidade (Himars), projéteis de artilharia e munições para sistemas de foguetes guiados a laser. Considerando-se o último pacote, os EUA já comprometeram mais de US\$ 32 bilhões em assistência de segurança à Ucrânia desde a invasão pelos russos.

Biden teve uma reunião virtual na sexta-feira com outros líderes do G-7 e com Zelenski para "continuar coordenando nossos esforços para apoiar a Ucrânia e responsabilizar a Rússia por sua guerra", segundo a Casa Branca.

O governo dos Estados Unidos publicou comunicado para marcar

o fato de que a guerra da Rússia na Ucrânia completa um ano e também anunciar mais punições contra Moscou por causa do conflito. A Casa Branca informa que serão elevadas tarifas sobre mais de 100 metais, minerais e produtos químicos da Rússia não especificados. A alta das tarifas equivale a aproximadamente US\$ 2,8 bilhões. Além disso, diz que subirão "de modo significativo" as tarifas sobre alumínio processado na Rússia ao entrar no mercado americano, a fim de conter os prejuízos causados ao setor local de alumínio, diante de custos de energia mais elevados como resultado da invasão russa na Ucrânia.

O governo americano recorda que as medidas de sexta-feira, 24, se somam às já adotadas, a fim de pressionar a Rússia no comércio internacional, com foco em "commodities russas cruciais", o que retira receita do Kremlin e ainda reduz a dependência americana do país. A Casa Branca afirma que as medidas foram "cuidadosamente calibradas", para penalizar a Rússia e minimizar os custos para o consumidor americano.

Os EUA ainda adotaram na sexta medidas para restringir mais as exportações americanas à Rússia, inclusive para terceiros países, como a China, a fim de evitar que componentes de defesa americanos acabem nas mãos dos russos. O governo americano aponta que os líderes do G-7 se reúnem hoje e devem fechar mais um pacote de sanções contra Moscou.

A administração do presidente

Joe Biden lembra que, nesta semana, anunciou o 32º pacote de assistência à segurança da Ucrânia. Além disso, começou também nesta semana a desembolsar US\$ 9,9 bilhões em auxílio, "para ajudar a Ucrânia a enfrentar necessidades cruciais de seus cidadãos, como saúde, educação e serviços de emergência".

Os Estados Unidos anunciaram que 22 indivíduos e 83 entidades que estão contribuindo de alguma maneira com a Rússia em seu conflito com a Ucrânia, que completou um ano hoje, serão alvos de novas sanções, dando destaque ao setor de mineração e metais russo, assim como as suas cadeias de suprimentos militares.

Além disso, mais instituições financeiras russas foram listadas, incluindo o Banco de Crédito de Moscou, um dos dez maiores bancos de valores de ativos da Rússia, que agora receberá sanções de bloqueio total.

De acordo com nota da Casa Branca, a decisão foi tomada em conjunto com o G-7, tendo como finalidade "isolar ainda mais a Rússia da economia internacional e sua capacidade de obter capital, materiais, tecnologia e apoio em sua guerra contra a Ucrânia".

Mais de 30 instituições listadas pelo governo americano são de apoiadores internacionais à campanha da Rússia, com destaque àqueles responsáveis por "tráfico de armamentos e financiamentos ilegais", com o intuito de impedir que o governo russo consiga se esquivar mais das sanções.

China propõe cessar-fogo e abertura de diálogo

A China apresentou na sexta-feira, 24, um plano com 12 tópicos para colocar fim à guerra entre a Rússia e a Ucrânia, com a decretação de um cessar-fogo e a abertura de diálogo de paz entre as partes.

O documento divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores do país asiático também pede o fim das sanções impostas pelos países ocidentais à Rússia, o reforço na segurança de instalações nucleares, o estabelecimento de corredores humanitários para a evacuação de civis das áreas de conflito e a garantia de que a Ucrânia possa exportar grãos.

A China se diz neutra no conflito, mas tem uma relação próxima com a Rússia e se recusa a criticar a invasão da Ucrânia, que, em sua visão, teria sido provocada pelas potências do Ocidente.

No plano apresentado na sexta, o governo chinês ainda reforça a defesa da garantia da "soberania, independência e integridade territorial" de todos os países e pede o fim da "mentalidade de Guerra Fria".

A China se absteve durante a aprovação, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), de uma resolução que pede o fim das hostilidades e a retirada das forças russas da Ucrânia.

Guterres pede paz frente à situação infernal na Ucrânia

O Conselho de Segurança se reuniu na sexta-feira para uma sessão ministerial sobre a situação na Ucrânia. O secretário-geral da ONU, António Guterres, reforçou sua mensagem sobre o conflito, também apresentada na Assembleia Geral na quarta-feira.

Ele destacou que a invasão russa da Ucrânia é uma violação flagrante da Carta das Nações Unidas e do direito internacional. Guterres repetiu seu apelo à Rússia para retirar as tropas da Ucrânia.

Para Guterres, essa pode ser "a pior guerra desde o início do século", com consequências trágicas e impactos globais imprevisíveis.

Com um ano de conflito, ele citou desdobramentos como a destruição de infraestrutura civil e número crescente de vítimas aos choques econômicos e crise de refugiados e humanitária, que causam um cenário "infernal" à população. Ele pediu ainda o fim dos ataques às áreas civis e o acesso desimpedido e seguro para as equipes de ajuda humanitária.

O secretário-geral ressaltou a necessidade de suporte para a recuperação e reconstrução do país e lembrou importantes ações da ONU, como a missão da Agência Internacional de Energia Atômica em Zaporizhzhia para monitorar a segurança da maior instalação nuclear da Europa.

A Iniciativa de Grãos do Mar Negro já entregou mais de 20 milhões de toneladas de alimentos.

no olho" com Lula, para que ambos possam discutir em maiores detalhes a guerra.

Lula foi às redes sociais na sexta-feira para renovar os apelos de paz. Para o presidente, os países não envol-

vidos no conflito, como o Brasil, devem encaminhar uma negociação pelo fim da guerra.

"No momento em que a humanidade, com tantos desafios, precisa de paz, completa-se um ano da guerra entre a

Rússia e a Ucrânia. É urgente que um grupo de países, não envolvidos no conflito, assuma a responsabilidade de encaminhar uma negociação para restabelecer a paz", publicou o presidente no Twitter.

No final de março, Lula vai à China e, na reunião bilateral com o presidente do país asiático, Xi Jinping, vai pedir a participação de Pequim - hoje aliada de Moscou - na negociação de paz.

IMUNIDADE PARLAMENTAR

Moraes vota a favor de queixa-crime de Tabata contra Eduardo Bolsonaro

O ministro afirmou que as publicações constituem ofensas que exorbitam os limites da crítica política, uma vez que constituem abuso do direito à manifestação de

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu o recebimento de uma queixa-crime feita pela deputada Tabata Amaral contra o também deputado Eduardo Bolsonaro por difamação em uma publicação na qual ele sugere que a parlamentar teria elaborado um projeto de lei (PL) "com o propósito de beneficiar ilícitamente terceiros". O PL em questão trata da distribuição de absorventes em espaços públicos.

A avaliação do ministro é a de que publicações feitas pelo filho 02 do ex-presidente Jair Bolsonaro nas redes sociais "constituem ofensas que exorbitam os limites da crítica política, uma vez que constituem abuso do direito à manifestação de pensamento, em integral descompasso com as funções e deveres parlamentares".

"O deputado federal, nas publicações em referência, na plataforma digital Twitter, extrapolou da sua imunidade parlamentar para proferir declarações abertamente misóginas e em descompasso com os princípios consagrados na Constituição Federal, cuja ilicitude deverá ser devidamente apreciada por esta Suprema Corte", frisou.

Segundo Moraes, a jurisprudência do Supremo é no sentido de que a imunidade parlamentar somente incide no caso de as manifestações guardarem conexão com o desempenho da função legislativa ou que sejam proferidas em razão desta, "não sendo possível utilizá-la como verdadeiro escudo protetivo da prática de atividades ilícitas". Para o ministro, tal imunidade não incide em relação às condutas de Eduardo Bolsonaro.

Uma das publicações contestadas apresentava uma imagem da deputada com a inscrição: "Tabata Amaral, criadora do PL dos absorventes teve sua campanha financiada pelo empresário Jorge Paulo Lemann, que por coincidência pertence à empresa P&G que fabrica absorventes".

No tuíte em questão, feita em 10 de outubro de 2021, Eduardo Bolsonaro escreveu: "Ah tá! Agora mulheres só menstruam se o Bolsonaro deixar... entendi... Essa aquisição passaria por licitação que compraria o mais barato (e em tese de pior qualidade). Assim, é melhor aos mais humildes receber esse dinheiro em forma de benefício assistencial e deixá-los escolher".

O posicionamento de Alexandre de Moraes sobre o caso foi externado na segunda sessão de julgamento de um recurso impetrado por Tabata Amaral contra decisão que havia determinado o arquivamento da queixa-crime.

O relator do processo, Dias Toffoli, havia rejeitado o pedido de investigação feito pela parlamentar sob alegação de "ausência de justa causa", em razão de as manifestações de que Eduardo Bolsonaro estariam acobertadas pela imunidade material.

Alexandre de Moraes havia pedido vista do processo - mais tempo para análise. Agora, devolveu o caso divergindo do entendimento de Toffoli e abrindo caminho para uma eventual apuração contra o "filho 02" do ex-presidente.

O tema é discutido do plenário virtual do Supremo, no qual os ministros depositam seus votos, sem debates à luz das câmeras da TV Justiça. O julgamento teve início na sexta-feira,



Alexandre de Moraes: "o deputado federal, nas publicações em referência, na plataforma digital Twitter, extrapolou da sua imunidade parlamentar"

DESGASTE FÍSICO

Barroso aprova o pagamento de horas extras para a PRF

Em julgamento iniciado na sexta-feira, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, votou por autorizar o pagamento de horas extras a Policiais Rodoviários Federais. Por outro lado, o magistrado negou aval para que os agentes da corporação recebessem adicional noturno "para o exercício de funções inerentes ao cargo".

"O regime de subsídios não impede o pagamento dos direitos trabalhistas aplicáveis aos servidores públicos por força da Constituição. Devem ser afastados apenas os adicionais que remunerem as atividades inerentes ao cargo, ou seja, aquelas relativas ao trabalho mensal ordinário do servidor", ressaltou.

A manifestação se deu no bojo de uma ação que discute se o regime de subsídios para a carreira de Policial Rodoviário Federal, viola direitos trabalhistas assegurados aos servidores públicos ao vedar o recebimento de gratificações como adicional noturno e de adicional pela prestação de serviço extraordinário.

O caso é discutido em julgamento no Plenário Virtual do STF, com previsão para terminar na próxima sexta, 3. Os ministros analisam uma ação proposta pelo Solidariedade. A legenda alegou violação à isonomia e aos direitos assegurados constitucionalmente aos servidores públicos.



Barroso: "o subsídio não impede o pagamento"

Durante a tramitação do processo, o partido chegou até a pedir, em 2020, a suspensão de processos judiciais, individuais ou coletivos, que tratassem sobre a percepção, pelos policiais rodoviários federais, de adicionais noturno, de serviço extraordinário e outras gratificações.

Ao analisar a solicitação, Barroso ponderou que verbas que se destinavam a compensar o desgaste físico e mental causado pelas atividades que são inerentes ao exercício do cargo de Policial

Rodoviário Federal foram incorporadas à parcela única paga a título de subsídio. Assim, para o relator, a autorização para pagamento de adicional noturno aos policiais rodoviários federais para o exercício de funções inerentes ao cargo "configuraria verdadeiro aumento de vencimentos pelo Poder Judiciário".

"Tal entendimento afrontaria a Constituição Federal, bem como a jurisprudência pacífica e dominante deste Supremo Tribunal Federal, que veda o aumento de vencimentos pelo Poder Judiciário, com base no princípio da isonomia, na equiparação salarial e na extensão do alcance de vantagens pecuniárias previstas em norma infraconstitucional", ponderou.

Por outro lado, quanto ao pagamento por prestação de serviço extraordinário, o ministro do STF concluiu que o regime de subsídio dos PRFs "não é hábil a afastar o direito dos servidores à retribuição pelas horas extras realizadas que eventualmente ultrapassem a quantidade remunerada pela parcela única".

Nessa toada, Barroso votou por considerar parcialmente procedente a ação e afastar qualquer aplicação que impeça a remuneração dos Policiais Rodoviários Federais pelo serviço extraordinário desempenhado que exceda a jornada de trabalho prevista em lei.

irregularidades relacionadas às prisões.

A vara enviou o requerimento a Moraes, que apontou que as investigações tramitam sob sigilo no Supremo e por isso "quaisquer requerimentos formulados que estejam relacionados às prisões efetivadas em razão dos fatos ocorridos em 08/01/2023, deverão ser remetidos diretamente a este

Relator".

Os suspeitos são investigados por crimes de associação criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, incitação ao crime, entre outros. Mais de 900 pessoas detidas em flagrante no dia dos atos tiveram as prisões convertidas em preventivas - ou seja, por tempo indeterminado.

AMAZÔNIA

Amanda Perobelli - Reuters



Desmatamento chegou a 209 km2

Desmatamento atinge o pior índice de alertas desde 2015

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, apontam que os alertas de desmatamento na Amazônia Legal identificados entre os dias 1º e 17 de fevereiro já representam o pior índice para meses desde o início da série histórica, iniciada em 2015.

Segundo as informações do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), o volume de desmatamento chegou a 209 km2 no período, ante 199 km2 verificados no mês de fevereiro do ano passado. O volume é quase do dobro da área desmatada em fevereiro de 2015, por exemplo, quando o sistema captou 115 km2 de devastação.

A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados - Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins - e parte do Estado do Maranhão.

Em janeiro, o número do desmatamento tinha registrado forte queda em relação ao mesmo mês dos anos anteriores. Foram 167 km2 em janeiro de 2023, diante de 430 km2 em janeiro de 2022. Os especialistas apontam que fatores como forte incidência de chuvas podem ter influência nos dados, além das ofensivas contra os crimes que assolam as florestas. Especialistas apontaram a necessidade de pelo menos quatro meses para avaliar o efeito das ações anunciadas pelo governo nas taxas de devastação florestal.

Os alertas do sistema Deter servem como bússola para a questão do desmatamento, apontando áreas mais devastadas e orientando ações de órgãos como o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio).

Na semana passada, o novo presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, afirmou que a meta do governo é reduzir, pela metade, o índice de desmatamento verificado no ano anterior.

Agostinho disse que o Ibama voltou a atuar, após anos de paralisação durante a gestão Jair Bolsonaro (PL), mas é preciso recuperar a estrutura do órgão, que foi esvaziada. O Ibama já chegou a ter 2 mil fiscais em campo. Atualmente, conta com menos de 350 agentes para fiscalizar o Brasil inteiro.

O trabalho de proteção e fiscalização ambiental, disse o novo presidente do Ibama, deve contar não apenas com recursos da União, mas também do Fundo Amazônia e outros órgãos que voltaram a bater na porta do órgão, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Global para o Meio Ambiente, (GEF, na sigla em inglês), um dos maiores financiadores de projetos ambientais do mundo.

O Ibama informou que a base federal instalada há duas semanas na aldeia Palimí, na terra indígena Yanomami, em Roraima, foi alvo de um ataque. Criminosos armados furaram o bloqueio montado no Rio Uraricoera e atiraram contra agentes do Ibama que haviam abordado uma das embarcações. Os fiscais revidaram. No tiroteio, um dos garimpeiros ficou ferido. Ele foi detido pela Polícia Federal (PF), por atacar servidores públicos e estava internado até a noite de quinta.

24, e tem previsão de terminar no próximo dia 3.

Moraes informou ainda à Vara de Execuções Penais do Distrito Federal que todos os requerimentos que envolvem presos por atos golpistas do dia 8 de janeiro devem ser enviados diretamente a ele. Moraes é relator de inquéritos que apuram os responsáveis pela depredação das sedes dos três

Poderes em Brasília. O despacho data de 17 de fevereiro, mas foi publicado ontem, 23.

O despacho foi em resposta a um pedido do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) e do senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG), feito à Justiça do DF, para gravar depoimentos na penitenciária feminina. A justificativa dos parlamentares era apurar denúncias de supostas

GENOCÍDIO

Comissão do Senado analisa projeto sobre crimes contra a humanidade

As penas poderão ser aplicadas mesmo em caso de tentativa não consumada. Os crimes são imprescritíveis e não são sujeitos a anistia, indulto ou liberdade provisória e só se extingue em caso de morte do agente

Quando se reunir pela primeira vez em 2023, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) já terá uma pauta de projetos nas mãos que não é extensa, mas tem itens de peso. São apenas quatro projetos de lei e seis acordos internacionais. Um dos projetos veio da CPI da Pandemia, realizada no Senado em 2021. Ele tem a ver com a cooperação do Brasil com o Tribunal Penal Internacional, e também trata de detalhamentos sobre o crime de genocídio (PL 3.817/2021).

O projeto lista formas de cooperação que incluem prisão preventiva, produção de provas, busca e apreensão, interrogatório e proteção de testemunhas. A requisição deve ser feita pelo tribunal por vias diplomáticas e levada a cabo pelo Ministério da Justiça. A obstrução à cooperação pode resultar em pena de dois a cinco anos de reclusão.

O texto também trata de definir os crimes de genocídio, de guerra e contra a humanidade. As penas poderão ser aplicadas mesmo em caso de tentativa não consumada. Os crimes são imprescritíveis e não são sujeitos a anistia, indulto ou liberdade provisória. A punibilidade do agente só se extingue em caso de morte.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) era o relator designado até o final do ano passado, mas, com a mudança de legislatura, o projeto retornou à comissão para redistribuição. É possível que o mesmo relator seja designado novamente.

Outro projeto na fila da CRE trata de condições para empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



O senador Vital do Rêgo disse que as operações de crédito do BNDES são muito vantajosas para os tomadores de empréstimos, como juros subsidiados e prazos mais longos

(BNDES) para grandes empresas (PL 6.039/2019). Segundo o texto, esse crédito fica condicionado à comprovação, pela empresa, de contrato ou convênio de parceria técnica com uma universidade pública brasileira.

Empresas consideradas de grande porte são aquelas com ativos totais que excedam R\$ 240 milhões ou com receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões.

A proposta é do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), que a justifica afirmando que as operações de crédito do BNDES são muito vantajosas para os tomadores de empréstimos, como juros subsidiados e prazos mais longos.

Sendo assim, o senador julga importante que essas operações cobrem uma contrapartida social.

O projeto já esteve nas mãos de dois senadores, mas nenhum deles tem mandato atualmente, portanto ele será redistribuído para uma nova relatoria. O ex-senador Antonio Anastasia (MG) deu parecer favorável, enquanto Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) foi contrário.

Além dos projetos de lei, a CRE vai analisar acordos internacionais assinados pelo Brasil. Dois deles (PDLs 1.103/2021 e 1.107/2021) foram firmados com a Ucrânia em 2010 e 2011 e envolvem cooperação técnico-

-militar. Os mais recentes da lista foram aprovados nesta semana pela Câmara dos Deputados e ainda não foram remetidos oficialmente à comissão.

A CRE também vai precisar lidar com as trocas de indicações para embaixadas brasileiras, resultado da mudança de governo entre 2022 e 2023. Oito nomeações feitas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro foram retiradas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ainda não enviou os novos nomes. As embaixadas envolvidas incluem Argentina, França e Itália, além da representação brasileira junto à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Também poderão ir para a CRE as novas indicações para a diretoria da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, órgão criado em 2021 e cujo comando ainda não foi preenchido.

A primeira reunião da CRE no ano será dedicada a eleger e empossar seu presidente e vice-presidente. Ela ainda não tem data para ocorrer. A presidência deve ficar com o MDB ou o PT. A comissão tem 19 membros titulares e 19 suplentes. Atualmente ela não tem nenhuma subcomissão em funcionamento.

No biênio anterior (2021-2022), a comissão teve três presidentes, em virtude de licenças tiradas pelos senadores que

ocuparam o cargo. Todos eram da bancada do PP: Kátia Abreu (TO) foi eleita originalmente para o cargo (o que fez dela a primeira mulher a presidir a CRE), deu lugar a Margareth Buzetti (MT) e, depois, a Esperidião Amin (SC).

A CRE é uma das comissões mais antigas do Senado, ao lado da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). As duas são as únicas que estão em atividade contínua desde antes da promulgação da Constituição Federal, em 1988. Além de temas referentes às relações internacionais do Brasil (incluindo comércio exterior), a CRE também trata de questões relacionadas à defesa nacional e às Forças Armadas.

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

Senado estuda projetos para combater à violência sexual

Dois projetos de lei do Senado, apresentados no início de 2023 e que aguardam votação em Plenário, buscam criar mecanismos de combate à violência sexual e de gênero em estabelecimentos comerciais e eventos abertos ao público.

O PL 394/2023 institui protocolo como forma de prevenir, identificar e lidar com casos de violência sexual ou de gênero em estabelecimentos como bares, boates, restaurantes, eventos esportivos.

A ideia contida no texto de autoria do senador Jorge Kajuru (PSB-GO) é implantar iniciativa similar a protocolo criado pelo governo de Barcelona, a fim de combater a ocorrência de agressões sexuais ou de gênero nos mais diversos tipos de estabelecimentos comerciais. Esse protocolo ganhou destaque após episódio recente de violência sexual envolvendo o jogador Daniel Alves e uma jovem em uma boate na Espanha.

O protocolo proposto por Kajuru estará alinhado a disposições pertinentes do Código Penal, da Lei Maria da Penha e do Estatuto da Criança e do Adolescente. As situações mais específicas, sobre minúcias da conduta a ser empregada, serão disciplinadas por regulamento a ser expedido pelo Poder Executivo, o que irá facilitar as futuras adaptações do protocolo, levando em conta a sua própria



Violência sexual: a aplicação do projeto de lei abrange restaurantes e bares

prática.

Não há, no Brasil, norma que disponha sobre um protocolo uniforme de atendimento às vítimas de qualquer tipo de violência sexual ou de gênero em bares, boates, danceterias, festas, feiras e outros estabelecimentos ou eventos afins. Alguns estabelecimentos, municípios e estados têm suas próprias iniciativas, mas a adoção de um protocolo uniforme em todo o país facilitaria o treinamento das equipes responsáveis pela sua aplicação, bem como a sua divulgação para conhecimento de possíveis agressores, vítimas e testemunhas, avalia Jorge Kajuru.

O âmbito de aplicação do projeto de lei abrange restaurantes, bares, casas noturnas,

boates, danceterias, festas, baias, vaquejadas, rodeios, festivais, espetáculos, shows, eventos esportivos, parques de diversões, congressos, hotéis, pousadas e afins, onde haja grande circulação ou concentração de pessoas, além de estabelecimentos aderentes à iniciativa de forma voluntária.

Jorge Kajuru destaca ainda que a Lei Maria da Penha é válida para casos de violência doméstica e familiar (inclusive nas situações às quais se destina, em Barcelona, o "No Callem"), mas apenas se envolverem relações de convívio habitual. Não é aplicável, entretanto, às relações fugazes e às importunações praticadas entre desconhecidos, que são comuns em festas e bares.

SEIS MIL VAGAS

BB prorroga o prazo de inscrições para concurso

O Banco do Brasil prorroga o prazo de inscrições do concurso público para 6 mil vagas de escriturário. Inicialmente previsto para terminar na sexta-feira, 24, o prazo agora terá fim somente no dia 3 de março. As vagas são nas funções de Agente de Tecnologia e Agente Comercial, com remuneração inicial de R\$ 3.622,23.

No total, são 4 mil vagas imediatas e mais 2 mil para cadastro de reserva, distribuídas da seguinte forma: 2 mil vagas de Escriturário - Agente de Tecnologia, mais mil de cadastro de reserva; 2 mil vagas para Escriturário - Agente Comercial, e outras mil de cadastro de reserva.

Há vagas disponíveis em dependências situadas em todos os Estados e no Distrito Federal. Os cargos exigem certificado de conclusão ou diploma de curso de nível médio.

Do total de vagas oferecidas, 5% são reservadas para pessoas com deficiência e 20% para candidatos que se autodeclaram negros.

A realização do concurso público é uma parceria do Banco do Brasil com a Fundação Cesgranrio. Para se inscrever, basta acessar o seguinte link: <https://www.cesgranrio.org.br/concursos/evento.aspx?id=bb0122>

A taxa de inscrição é de R\$ 50. As inscrições poderão ser realizadas até às 23h59 do dia 3 de março de 2023, no horá-

rio de Brasília. No momento da inscrição, o candidato deverá escolher a UF/Macrorregião/Microrregião e a cidade de realização das provas

A seleção será realizada por meio de provas objetivas e de redação, que terão duração de 5 horas. A previsão é que as provas objetivas sejam aplicadas no dia 23 de abril.

As provas objetivas terão 70 questões de múltipla escolha, sendo 25 questões de Conhecimentos Básicos (Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática e Atualidades do Mercado Financeiro) e 45 questões de Conhecimentos Específicos, de acordo com a vaga pretendida: Agente de Tecnologia: Probabilidade e Estatística, Conhecimentos Bancários e Tecnologia da Informação e Agente Comercial: Matemática Financeira, Conhecimentos Bancários, Conhecimentos de Informática e Vendas e Negociação.

É possível conferir mais informações sobre o concurso do Banco do Brasil no seguinte link: <https://www.cesgranrio.org.br/concursos/evento.aspx?id=bb0122>

A validade do concurso será de um ano, a contar da data da homologação dos resultados finais, podendo ser prorrogada uma única vez por igual período.

A data prevista para a divulgação dos resultados finais é 14 de julho.

ESTIAGEM

Leite pede à União prazo maior para financiamento no Pronaf e Pronamp

O governador afirmou que não é o momento de demandar do agricultor que está aflito com o pagamento de algo que não terá capacidade de fazer e defendeu a anistia de parte das dívidas

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), pediu ao governo federal que prorrogue os financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) contratados pelos produtores do Estado afetados pela estiagem.

"Não é momento de demandarmos do agricultor que está aflito o pagamento de algo que não terá capacidade de fazer. Pedimos no mínimo a postergação das dívidas e, na medida do possível, que se possa anistiar parte das dívidas para tirar a espada da cabeça de quem não vai conseguir cumprir", disse Leite, em evento de anúncio das medidas governo federal para enfrentamento da estiagem no Rio Grande do Sul, realizado em Hulha Negra (RS). O governador afirmou que o Estado vai anistiar a dívida dos produtores do programa Troca-Troca de Sementes.

Leite destacou que o grupo de trabalho entre o governo estadual e o governo federal irá aprofundar a interlocução com a União para desenvolvimento de planos de ação para a execução das medidas de apoio aos produtores. "Para que a gente possa fazer com que as ações rapidamente cheguem na ponta. Recebemos R\$ 430 milhões como um passo inicial, importantíssimo, mas precisamos de mais. São os agricultores que estão dizendo", disse Leite. "A expectativa é de que possamos avançar em outras pautas como no mínimo a postergação das dívidas dos produtores com Pronaf



Leite destacou que o grupo de trabalho entre o governo estadual e o governo federal irá aprofundar a interlocução com a União para desenvolvimento de planos de ação para a execução das medidas

e Pronamp", defendeu o governador.

No evento, representantes de movimentos de pequenos produtores, produtores camponeses e agricultores assentados pediram mais medidas emergenciais aos ministros presentes, além do pacote anunciado pelo governo. "Os R\$ 430 milhões são insuficientes para atender a demanda da estiagem no Rio Grande do Sul, mas toda e qualquer ajuda é importante. Temos que pensar também no endividamento dos agricultores que buscaram crédito e não vão poder honrar. Continuaremos insistindo nisso", disse o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetagr-RS), Carlos Joel da Silva.

Ele lembrou que as linhas

Pronaf Pecuária e Pronaf Investimento não são contempladas com cobertura do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), programa do governo federal que garante o pagamento de financiamentos rurais de custeio agrícola quando a lavoura segurada for afetada por eventos climáticos ou pragas sem controle.

O titular do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Paulo Teixeira, disse que a pasta negociará com o Ministério da Fazenda a prorrogação dos financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) contratados pelos produtores do Rio Grande do Sul afetados pela estiagem.

"Iremos nos debruçar sobre as dívidas dos agricultores. Uma parte não tem mais crédito porque deve, tendo em vista que é o terceiro ano consecutivo de seca e os agricultores estão acumulando financiamentos e sua renda diminuindo. É um estudo que será feito e anunciado posteriormente", afirmou Teixeira na quinta-feira (23), em coletiva de imprensa, após anúncio das medidas do governo federal para enfrentamento da estiagem no Rio Grande do Sul, realizado em Hulha Negra (RS). Segundo ele, a postergação das operações será o segundo passo, após as medidas emergenciais anunciadas pelo governo.

Segundo o ministro, o governador do Rio Grande do Sul levará ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma carta com

um conjunto de medidas pedidas pelo Estado, na qual deve ser incluída a demanda de prorrogação das dívidas. "Junto com as entidades do campo, iremos acolher e levar para o Ministério da Fazenda e levar para a mesa do presidente Lula essa análise nova, sendo que são outras questões que foram tratadas aqui hoje (sexta-feira)", afirmou Teixeira.

O ministro lembrou que o governo concederá R\$ 300 milhões em crédito aos produtores, sendo R\$ 250 milhões para agricultores com renda anual de até R\$ 23,5 mil e R\$ 50 milhões a produtores assentados. "Esses recursos já estão disponíveis e podem ser acessados tanto pelos produtores quanto pelas prefeituras. É um recurso imediato e, ao mesmo tempo,

agora vamos definir outras questões importantes para enfrentamento da estiagem no Rio Grande do Sul", disse Teixeira. Ele citou ainda que as operações do Pronaf custeio sem cobertura do Proagro, como Pronaf Mais Alimentos e Pronaf Pecuária, poderão ser prorrogados pelos produtores por 36 meses.

No evento, o ministro anunciou que o governo estenderá por mais um ano a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que será substituída pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) "Entendemos que a proposta que está lá (no ministério) de CAF é muito complexa e a tecnologia não está funcionando. Na semana que vem, facilitaremos o CAF para agricultores iniciarem a transição. Há cerca de 100 mil DAPs vencidas", afirmou.

RELICITAÇÃO

Governo cria GT para estudar o futuro dos aeroportos do Galeão e Santos Dumont

O governo Lula decidiu instituir um grupo de trabalho (GT) para oficializar as discussões sobre o futuro dos aeroportos do Galeão e Santos Dumont, localizados no Rio de Janeiro. Os terminais estão no centro do debate sobre o mercado aéreo fluminense. De um lado, o Ministério de Portos e Aeroportos precisa resolver o caso da relicitação do Galeão, após a concessionária Changi pedir para devolver o ativo no início do ano passado. O ministro da pasta, Márcio França, já afirmou que estudaria uma forma de tentar manter a empresa no comando do aeroporto, o que demandaria a recomposição do contrato - iniciativa pouco trivial do ponto de vista técnico e jurídico.

A classe política do Rio, que cobra uma operação mais robusta para o Galeão, quer, para isso, limitar as atividades do Santos Dumont, outra iniciativa que não conta com a simpatia da ala técnica.

O Santos Dumont é um dos poucos aeroportos de grande porte administrados ainda pela Infraero. Ele seria leiloadado com os outros terminais da 7ª rodada, mas o imbróglio em torno do Galeão fez o



França afirmou que estudaria uma forma de tentar manter a empresa no comando do aeroporto, o que demandaria a recomposição do contrato

governo desistir de conceder o aeroporto na ocasião.

O Ministério, junto da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), já tem realizado

reuniões nas últimas semanas com as empresas e políticos do Rio para discutir o futuro dos dois aeroportos. A avaliação da classe política é de

que o destino do Galeão deve ser discutido conjuntamente com as operações do Santos Dumont.

O grupo de trabalho, ins-

tituído pela SAC em portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) de sexta-feira, 24, estabelece que o comitê terá quatro representantes indi-

cados pelo Ministério, quatro escolhidos pelo governo do Rio, e outros quatro indicados pela prefeitura carioca.

A ideia é que o GT finalize os trabalhos até 31 de março, e apresente relatório com as conclusões ao Secretário Nacional de Aviação Civil. França escolheu Juliano Noman, diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), para comandar o órgão.

A iniciativa não é nova. No governo Bolsonaro, quando a situação do Galeão colocou em lados opostos o antigo Ministério da Infraestrutura e os políticos do Rio, o Executivo resolveu criar um grupo de trabalho, à época focado no projeto de concessão do Santos Dumont.

A prefeitura do Rio pedia que o aeroporto fosse concedido à iniciativa privada com restrições, para que só operasse voos diretos a terminais que estejam num raio de 500 km, liberando, como exceção, o aeroporto de Brasília. A ideia era de fortalecer as operações do Galeão.

Ao fim, contudo, o aeroporto foi excluído da 7ª rodada, cujo certame foi realizado em agosto do ano passado.



ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ: 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Resumo do relatório do comitê de auditoria exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Ao Conselho de Administração da Icatu Seguros S.A.

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (Comitê) da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas Icatu Capitalização S.A., Vanguarda Companhia de Seguros Gerais e Vanguardacap Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. (doravante referidas em seu conjunto como "demais empresas supervisionadas"), foi constituído e funciona de acordo com as normas emanadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especificamente a Resolução CNSP 432/21 e suas alterações, bem como o estatuto social da Icatu Seguros S.A. e seu regimento interno.

ATRIBUIÇÕES

O Comitê tem entre suas principais atribuições assessorar o Conselho de Administração (i) na revisão das demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, previamente à sua divulgação, inclusive as notas explicativas, o relatório da Administração e o relatório dos auditores contábil e atuarial independentes sobre essas demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, (ii) no cumprimento das disposições legais e regulatórias, (iii) na verificação da qualificação, independência e atuação dos auditores contábil e atuarial independentes, (iv) na atuação da auditoria interna e (v) nas atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos. É responsabilidade dos Administradores a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, bem como a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade dessas demonstrações financeiras.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas dos Administradores, dos auditores contábil e atuarial independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, compliance e de controles internos, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e verificações efetuadas pelo Comitê.

ATIVIDADES DO COMITÊ

As principais atividades e trabalhos desenvolvidos pelo Comitê foram:
- Reuniões com executivos e profissionais das áreas de Operações, Controladoria, Contabilidade, Tributária, Financeira, Atuarial, Tecnologia e Segurança da informação, Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, Auditoria Interna, Privacidade e Ouvidoria.

- Revisão do plano anual, acompanhamento dos trabalhos e dos relatórios emitidos pela Auditoria Interna. O Comitê acompanhou, também, a implantação dos planos de ação propostos para mitigação das deficiências ou oportunidades de melhorias nos controles internos identificadas pela Auditoria Interna.

- Avaliação da independência, do planejamento, da execução e resultado dos trabalhos realizados pelos auditores independentes. O Comitê analisou os relatórios emitidos pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas em 31 de dezembro de 2022, bem como os emitidos sobre controles internos, cumprimento de dispositivos legais e regulatórios e divulgação de informações contábeis, assim como a implantação das ações propostas para melhoria dos procedimentos e do ambiente de controles internos.

- Revisão dos relatórios emitidos pela Ouvidoria sobre as atividades realizadas no segundo semestre de 2021 e do primeiro semestre de 2022, bem como a avaliação dos correspondentes resultados apresentados.

- Acompanhamento das atividades executadas pelos Administradores relacionadas com a avaliação e gerenciamento de riscos, gestão do sistema de controles internos e cumprimento dos normativos internos e externos.

- O Comitê também acompanhou, junto às áreas responsáveis, as ações desenvolvidas para implantação dos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, resultados da avaliação da aplicação de procedimentos de prevenção a fraudes e apuração de reflexos nas demonstrações financeiras. As definições do Appetite a Riscos foram revisadas pelo Comitê, com acompanhamento dos enquadramentos durante o exercício. A Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas encontram-se dentro dos limites do Appetite a Riscos em 31 de dezembro de 2022.

- Avaliação da independência, do planejamento, da execução e do resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores atuariais independentes quanto à adequação das provisões técnicas e correspondentes ativos de cobertura, assim como dos correspondentes pareceres emitidos.

- Reuniões realizadas com o Diretor Presidente e outros membros da Diretoria quando apresentou sugestões para o aprimoramento dos controles internos e gestão de riscos.

- Os resultados dos trabalhos foram reportados ao Conselho de Administração nas reuniões semestrais para aprovação da divulgação das demonstrações financeiras. Não foram identificados fatos relevantes ou recomendações específicas a serem reportadas ao Conselho de Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Considerando os resultados das atividades desenvolvidas, incluindo a revisão das demonstrações financeiras e as correspondentes notas explicativas, bem como o resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores independentes contábil e atuarial, referentes ao exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, o Comitê de Auditoria entende que os sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos das empresas estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das suas operações, a aderência com os normativos internos, legais e regulatórios e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação para divulgação das demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023.

Maria Salete Garcia Pinheiro

Presidente do Comitê

Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo

Membro do Comitê

Cristina Maria Cantanhede de Amarante Biasotto Mano

Membro do Comitê

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Seguros S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Icatu Seguros S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Icatu Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelos controles internos que ela determinar serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise

dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Icatu Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências não materiais na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Sinistros e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Companhia um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023.
Joel Garcia
Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0002-36
R. do Passeio, nº 38 - 20021-290
Rio de Janeiro – RJ – Brasil

**Anexo I
Icatu Seguros S.A.
(em milhares)**

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2022
Total de provisões técnicas auditadas	49.502.578
Total de ativos de resseguro	130.677
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros sem redução da RvR	54.755
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2022
Provisões Técnicas auditadas (a)	49.502.578
Valores redutores auditados (b)	455.542
Total a ser coberto (a-b)	49.047.036
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2022
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	583.023
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	583.023
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2022
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	654.514
Ajustes Econômicos do PLA	132.452
Exigência de Capital (CMR) (b)	583.023
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	71.491
Ativos Garantidores (d)	49.205.522
Total a ser Coberto (e)	49.047.036
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	158.486
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2022
0990, 1390	400
1329, 1383, 1384, 1391	1.200
0977, 0982, 1061, 1065, 1198, 1381	2.000
0929, 0984, 0987, 0993, 2293	6.000



O Diário Comercial oferece um atendimento ágil e o melhor custo-benefício.



Fale com quem entende de Publicidade Legal.

- Atas
- Balanços
- Editais
- Avisos
- Comunicados
- Fatos Relevantes



www.diariocomercial.com.br



ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A. CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível. O monitoramento do risco de crédito é estabelecido por meio de uma análise de ratings e duration que estima uma exposição a perda usando probabilidade de default dos ativos.

4.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 1.625.431, correspondentes a 63% (R\$ 1.171.217, correspondentes a 49% em 31 de dezembro de 2021) estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 76.298 (R\$ 462.834 em 31 de dezembro de 2021).

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data-base, de acordo com a classificação das agências de rating: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três.

Table with columns: Rating, CDB, RDB, Total, CDB, Total for 31/12/2022 and 31/12/2021.

A redução do volume de aplicações em crédito privado, se deve a estratégia de realizar aplicações nesta categoria de ativos através de fundos de investimentos não exclusivos.

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 777.205 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 684.151 em 31 de dezembro de 2021). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos às suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk - VaR, que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

Este indicador representa a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz de cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em consideração:

(I) O VaR paramétrico: Assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas (EWMA), com fator de decaimento de 0,95.

(II) DV01 (dólar-value for one basis-point): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas as informações de VaR e DV01, para a Companhia:

Table showing VaR and DV01 metrics for various risk factors like DI, Taxa Referencial, IPCA, and Ações.

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem suas obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação do mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma visão para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do fluxos de receitas e despesas operacionais além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise.

O monitoramento considera o menor indicador no horizonte de 6 meses do percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Large table showing assets and liabilities categorized by maturity (Até 1 ano, De 1 a 2 anos, Acima de 2 anos) for 31/12/2022 and 31/12/2021.

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da companhia.

4.1.1.4. Risco operacional

O risco operacional é resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal, de compliance e cibernéticos e excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica à utilizada para os demais riscos. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e ao conselho de administração, se necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias elegíveis do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares. Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica do Grupo Icatu, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de Compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de Compliance, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação das arrecadações cobradas, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

Em média, os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuárias para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

- O risco de sorteio: Implica na possibilidade de concentração de risco indevido na comercialização de série aberta que, em caso de premiação, pode impactar a saúde financeira da Companhia;
Risco de persistência: Implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título e;
Risco da garantia de rentabilidade: Implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;

Segue demonstração da abertura da carteira:

Table showing maturity analysis for 31/12/2022, categorized by titles measured at fair value and titles available for sale.

Table showing maturity analysis for 31/12/2021, categorized by titles measured at fair value and titles available for sale.

5.2. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

Table showing movements of financial instruments by category, including Saldo final em 01 de janeiro de 2021, Saldo final em 31 de dezembro de 2021, and Saldo final em 31 de dezembro de 2022.

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Risco das despesas administrativas: Implica no risco das receitas decorrentes das cotas de carregamentos serem insuficientes para a cobertura das despesas administrativas.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas.

A arrecadação com títulos de capitalização está distribuída nas regiões geográficas, conforme quadro abaixo:

Table showing geographical distribution of capitalization titles for 31/12/2022 and 31/12/2021, categorized by region like Centro oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul.

4.1.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por categoria e faixa de vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia contempla os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa: R\$ 7.669 (R\$ 10.505 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R\$ 77.926 (R\$ 320.046 em 31 de dezembro de 2021). Dessa forma, as perdas não realizadas, registradas como ajustes de avaliação patrimonial, montam R\$ 3.044 (ganho de R\$ 5.149 em 31 de dezembro de 2021).

Table showing maturity analysis for 31/12/2021, categorized by titles measured at fair value and titles available for sale.

Table showing maturity analysis for 31/12/2021, categorized by titles measured at fair value and titles available for sale.

- Nível 2: inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

Table showing composition of financial applications classified by hierarchy of measurement at fair value, including exclusive funds.



ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

18.2. Outras contas a pagar - obrigações fiscais

No grupo "Outras contas a pagar" são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

Table with columns: Saldo em 01/01/2022, Adições, Atualização monetária, Pagamentos / baixas, Saldo em 31/12/2022. Rows include COFINS, PIS, and Total - Obrigações fiscais.

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Table with columns: Tese, Depósito judicial, Provisão, Depósito judicial, Provisão, Depósito judicial, Provisão. Rows include Majoração de alíquota (a) and Alargamento da base (b).

Table with columns: Tese, Depósito judicial, Provisão, Depósito judicial, Provisão, Depósito judicial, Provisão. Rows include Majoração de alíquota (a) and Alargamento da base (b).

(a) PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014; (b) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

18.3. Depósitos judiciais e fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue. Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Cíveis, Trabalhistas, Fiscais, and Total depósitos judiciais.

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Saldo inicial, Adições, Baixas, Atualização monetária, and Saldo final.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito e integralizado de R\$ 201.484 (R\$ 191.484 em 31 de dezembro de 2021) é representado por 800.894.586 ações ordinárias (790.894.586 em 31 de dezembro de 2021).

19.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, as reservas de lucros são R\$ 39.948 (R\$ 11.025 em 31 de dezembro de 2021).

19.3. Política de distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A distribuição dos resultados de 2022 e de 2021, aconteceram como apresentado a seguir:

Table with columns: 2022, 2021. Rows include Lucro líquido no ano, Constituição de reserva legal, Base para distribuição de dividendos, etc.

Na Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá em março de 2023, os acionistas irão acionar o Artigo 202, parágrafos 4º e 5º da Lei 6.404 de 1976, para constituírem uma reserva especial de lucros com a retenção de R\$6.869 de dividendos obrigatórios de 2022. Essa retenção tem o objetivo de manter a liquidez e a solvência da Companhia no patamar que a administração entende ser o ideal.

19.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram - se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de uma perda de R\$ 1.832 (Ganho de R\$ 3.085 em 31 de dezembro de 2021), líquidos dos tributos.

Table with columns: Ativo, Passivo, Receita, Despesa. Rows include Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a) (b), Icatu Assessora S.A. (Ligada) (b), Icatu Serviços de Adm. Previd. Ltda. (Ligada) (b), etc.

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes da Icatu Seguros S.A. uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurador pela Icatu Seguros S.A. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização.

(b) Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do Grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;

(c) Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela empresa, destinado a proporcionar complementação previdenciária aos seus funcionários;

(d) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;

(e) Valores referentes ao contas a receber da XS4 Capitalização S.A.

21. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

Conselho de administração
Presidente
Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga
Conselheiros
Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga
Luciano Soares

Diretoria
Diretor-Presidente
Luciano Snel Corrêa
Diretores
Alexandre Petrone Vilardi
César Luiz Salazar Saut
Marcio de Moraes Palmeira

Contador
Ivandro de Almeida Oliveira
CRC RJ 076.168/O-7
Atuária
Ligia de Abreu Sodré Pires
MIBA nº 1394

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Icatu Capitalização S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

23.2. Resultado com sorteios

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Reversão da provisão para sorteio, Constituição da provisão para sorteio, Despesas com títulos sorteados, Total.

23.3. Custo de aquisição - capitalização

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Despesas de corretagem, Despesas de remuneração performance mensal, Despesas de custeamento de vendas, Variação despesa de comercialização diferida, Total.

23.4. Outras receitas e despesas operacionais - capitalização

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Receita com resgate de título, Receita com prescrição de título, Despesas com provisões, Outras receitas/(despesas) operacionais, Total.

23.5. Despesas administrativas

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Pessoal próprio, Serviços de terceiros, Localização e funcionamento, Publicidade e propaganda, Outras despesas administrativas, Total.

23.6. Despesas com tributos

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Impostos, COFINS, PIS, Taxa de fiscalização, Outras despesas com tributos, Total.

23.7. Resultado financeiro

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Categoria - disponível para venda, Quotas de fundos de investimento - exclusivos, Categoria - mantido até o vencimento, Quotas de fundos de investimento - exclusivos, Categoria - valor justo por meio do resultado, Quotas de fundos de investimento - exclusivos, Outras receitas financeiras, Total - receitas financeiras, Categoria - Valor justo por meio do resultado, Títulos de renda fixa, Quotas de fundos de investimento - não exclusivos, Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização, Outras despesas financeiras, Total - despesas financeiras.

24. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão com os valores contabilizados como despesas, como segue:

Table with columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Resultado antes dos impostos e participações, Participações nos lucros e resultados, Resultado antes dos impostos, Adições, Adição permanente, Doações e patrocinios indetutíveis, Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais, Outras Provisões, Participações nos lucros e resultados, Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, Tributos e contribuições em quest. Judicial, Exclusões, Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais, Outras provisões, Tributos e contribuições em quest. judicial, Participações nos lucros e resultados, Resultado ajustado, Compensação prej. fiscal / Base negativa, Lucro após as compensações, Aliquotas oficiais, Despesas com IRPJ/CSLL, Reversão da provisão de créditos tributários, Despesas com IRPJ/CSLL, Aliquota efetiva - resultado antes dos impostos.

Com o fim da vigência da Medida Publica nº 115, a alíquota da CSLL passará de 16% para 15% a partir de 1º de janeiro de 2023.

25. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A.. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2022 da Icatu Seguros S.A..

26. Eventos subsequentes

26.1. Aumento de capital

Em 31 de janeiro de 2023, a controladora fez um aumento de capital na Companhia no valor de R\$10.000, em dinheiro.

Provisões técnicas de capitalização

Veja as Notas 3.12 e 16 das demonstrações financeiras

Table with columns: Principal assunto de auditoria, Como a auditoria endereçou esse assunto. Rows include Conformidade apresentada nas notas explicativas nº 3.12 e 16 às demonstrações financeiras, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de capitalização: Provisão para Resgates ("PR") e Provisão para Sorteios a Realizar ("PSR").

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 513D-056B-33CD-8E78.



ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6



Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Icatu Capitalização S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Icatu Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no

que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Icatu Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Icatu Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos testes selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre

amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023.

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48

CNPJ: 02.668.801/0002-36

R. do Passeio, nº 38

20021-290

Rio de Janeiro - RJ - Brasil



Anexo I

Icatu Capitalização (Em milhares de reais)

	31/12/2022
1. Provisões Técnicas	
Total de provisões técnicas auditadas	2.425.236
2. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2022
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	89.114
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	89.114
3. Demonstrativo da Solvência	31/12/2022
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	113.053
Ajustes Econômicos do PLA	-25.021
Exigência de Capital (CMR) (b)	89.114
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	23.939
Ativos Garantidores (d)	2.530.341
Total a ser Coberto (e)	2.425.236
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	105.105

Formulário de Referência

Input de dados no sistema Empresas.NET

Upload das informações na plataforma CVM



www.luzcm.com



ICATU

VANGUARDACAP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 11.467.788/0001-67www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Vanguardacap Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Vanguardacap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos

os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2023.

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48

CNPJ: 02.668.801/0002-36

R. do Passeio, nº 38 - 20021-290 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Anexo I
Vanguardacap Capitalização S.A.
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022
1. Provisões Técnicas	
Total de provisões técnicas auditadas	10.800
2. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2022
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	26
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	10.800
3. Demonstrativo da Solvência	31/12/2022
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	13.399
Ajustes Econômicos do PLA	-
Exigência de Capital (CMR) (b)	10.800
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	2.599
Ativos Garantidores (d)	24.399
Total a ser Coberto (e)	10.800
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	13.599

KPMG

QUALIFICAÇÃO

Novo Espaço da Juventude de Vigário Geral terá cursos em tecnologia 4.0

Secretaria Especial da Juventude Carioca cria seu terceiro equipamento público direcionado à formação tecnológica do futuro, com oferta de cursos gratuitos a jovens de 15 a 29 anos, voltados para a indústria 4.0.

A Secretaria Especial da Juventude Carioca (JUVRio) inaugura o Espaço da Juventude de Vigário Geral, no dia 28 de fevereiro, às 19h. Será seu terceiro equipamento público direcionado à formação tecnológica do futuro, com oferta de cursos gratuitos a jovens de 15 a 29 anos, voltados para a indústria 4.0.

O objetivo é preparar os alunos para inserção no mercado de trabalho, ensinando a automatizar e conectar os processos industriais, por meio da computação em nuvem, inteligência artificial e robótica. A unidade inicia suas atividades com oferta de 150 vagas no curso de Design de Games. O rapper Delacruz, um dos nomes mais fortes do rap nacional atualmente, nascido em Vigário Geral, estará presente.

O ambiente será um contêiner da JUVRio, de 40m² de estrutura sustentável, instalado na Praça Elba, conhecido ponto de lazer da comunidade. Será entregue um lugar totalmente tecnológico, no qual os alunos sairão preparados para o mercado de trabalho, com a orientação de professores



O ambiente será um contêiner da JUVRio, de 40m² de estrutura sustentável, instalado na Praça Elba, um dos pontos de lazer da comunidade do subúrbio carioca

e material didático exclusivo. O secretário da Juventude Carioca, Salvo Oliveira, morador e cria da Cidade de Deus, destaca a importância de levar o Espaço da Juventude a todos os cantos da Cidade Maravilhosa.

"Os locais de instalação dos Espaços da Juventude são escolhidos estrategicamente

pela JUVRio, com o objetivo de capacitar jovens que mais precisam, levando cursos da indústria do futuro e estimulando habilidades e talentos. Trabalharemos para que os alunos do Espaço da Juventude de Vigário Geral saiam de lá com as ferramentas necessárias para conquistar seu lugar no mercado de trabalho", res-

saltou o secretário Salvo Oliveira.

O primeiro curso a ser oferecido no Espaço da Juventude de Vigário Geral é o de Design de Games, com inscrições abertas para 150 vagas, de 27 de fevereiro a 3 de março. Por meio das redes sociais da Secretaria da Juventude já é possível preencher o

formulário. O início das aulas está previsto para o dia 6 de março e as turmas estarão divididas nos seguintes horários: manhã (8h às 10h15 e 10h30 às 12h30), tarde (13h30 às 15h30 e 15h45 às 18h) e noite (das 19h às 21h).

Em Design de Games, os jovens vão iniciar o aprendizado sobre o mundo da pro-

gramação digital. Os professores irão navegar por meio dos jogos e contarão a história dos consoles e muito mais. Ao final da formação, os estudantes terão a chance de desenvolver o seu próprio jogo com os colegas.

No local, em outro momento, também serão disponibilizados cursos de Jogos Digitais, Impressão 3D, Operação de Drone, Indústria Avançada, Robótica, Indústria do Som (DJ) e Programação Móvel (IOT).

O Espaço da Juventude foi criado pela JUVRio para proporcionar ao jovem inovação, empreendedorismo e geração de oportunidades, por meio da qualificação e capacitação profissional para o mercado de trabalho na indústria 4.0, que mais cresceu nas últimas décadas. Com seus instrumentos de automação e inteligência artificial, este segmento rompe paradigmas nas formas de produção e modelos de negócio em todo o mundo, além de ser altamente atrativo para a juventude. A metodologia deste equipamento de ensino está pautada no desenvolvimento do senso crítico, colaborativo, investigativo, criativo, empreendedor e autoral dos jovens.

JUSTIÇA

Expectativa frustrada de contratação gera indenização por danos morais, decide TRT-RJ

A 9ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ) manteve a condenação de uma empresa a pagar indenização por danos morais por frustrar a expectativa de contratação de um candidato à vaga de emprego.

Durante três meses, o pretendente à vaga ficou envolvido em uma série de trâmites, desde o processo seletivo à abertura de uma conta bancária para receber salário. Entretanto, ao final dos procedimentos, não foi contratado. O colegiado acompanhou, por unanimidade, o voto da relatora, a juíza convocada Márcia Regina Leal Campos, que considerou a atitude da empregadora como abuso de direito.

No caso em tela, o trabalhador relatou que iniciou o pro-

cesso seletivo em 30/12/19 para função de auxiliar de almoxarifado na empresa CB Rio Botafogo Comércio de Alimentos LTDA. Alegou que, durante a fase de recrutamento, teve que comparecer ao estabelecimento da empresa por cinco vezes, para apresentação, teste, entrevistas, entrega de documentos e ambientação.

Após a confirmação de sua contratação, a empresa determinou ao candidato que fossem realizados os trâmites necessários para a efetivação do preenchimento da vaga, tais como exame admissional e abertura de conta bancária para receber o salário. No entanto, após todos esses procedimentos, o profissional foi informado que não pode-

ria ser contratado em razão da sua altura. Assim, pleiteou indenização por danos morais.

A empregadora, em sua defesa, admitiu que o profissional foi aprovado no processo seletivo e que foi entregue a ele a documentação pertinente para a contratação. No entanto, alegou que o candidato aprovado não compareceu à empresa para iniciar suas atividades laborais. A empresa negou a rejeição por conta da altura.

No primeiro grau, a juíza Raquel Fernandes Martins, titular da 10ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, julgou procedente o pedido de indenização por dano moral, fixando o valor em três vezes o salário prometido (R\$ 3.218,49).

A magistrada entendeu ser incontroversa a contratação, evidenciada pela solicitação de abertura de conta bancária. Em sua sentença, a juíza observou, ainda, que uma testemunha ouvida nos autos relatou que o coordenador do setor de Recursos Humanos teria dito que o profissional "no almoxarifado não poderia trabalhar, pois era alto e o teto era baixo, para evitar acidentes de trabalho". Assim, concluiu a magistrada que a frustração da promessa de contratação, sem justificativa legítima, dá ensejo à indenização por dano moral, por violação à boa-fé objetiva.

Inconformada com a sentença, a empresa recorreu da decisão. O trabalhador também recorreu, pleiteando o

aumento do valor da indenização por danos morais.

No segundo grau, o caso foi analisado pela juíza convocada Márcia Regina Leal Campos, que acompanhou o entendimento do juízo de origem. "A atitude do réu é reprovável, já que criou grandes expectativas ao autor, especialmente com a emissão do documento de solicitação de abertura de conta-corrente, na qual consta inclusive a data de admissão e valor do salário. Ressalto que, diante da dificuldade econômica, a atitude de iludir pessoas que estão em busca de emprego, causando gastos para comparecer aos locais, dispendo do seu tempo de vida e gerando expectativas que sabe que não vai satisfazer, ensina a vio-

lação a direitos extrapatrimoniais que devem ser reparados", observou a magistrada em seu voto.

A juíza convocada ressaltou, ainda, que a empresa abusou de seu direito potestativo, com a falsa promessa de contratação, o que configura conduta ilícita nos termos do artigo 187 do Código Civil. Assim, a relatora manteve integralmente a decisão do primeiro grau em todos os quesitos, inclusive no valor arbitrado para indenização, que considerou justo e razoável. Os integrantes da 9ª Turma acompanharam o voto por unanimidade. Nas decisões proferidas pela Justiça do Trabalho, são admissíveis os recursos enumerados no art. 893 da CLT.

O **Diário Comercial** é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.



Fale com quem entende de **Publicidade Legal**.

- Atas
- Comunicados
- Avisos
- Editais
- Balanços
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

62 ANOS SE REINVENTANDO

PARA ESTAR CADA VEZ MAIS CONECTADA COM VOCÊ!



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A - CNPJ: 08.602.745/0001-32
CAPEMISA Capitalização S/A - CNPJ: 14.056.028/0001-55

A **CAPEMISA** existe e trabalha, há **62 anos**, para trazer mais **SEGURANÇA, FLEXIBILIDADE, TRANSPARÊNCIA, RESPEITO E VIDA** para os nossos **Cientes, Corretores e Colaboradores**. Aqui, a gente equilibra o amadurecimento e a experiência com inovação e modernidade. Esse é o segredo para envelhecer com um **espírito jovem e engajado**. Evoluir sempre, mas sem nunca esquecer da **nossa missão: fazer a sua Segurança ser sinônimo de felicidade**.

Siga-nos nas redes sociais.

 @capemisaseguradora
  /capemisa.seguradora
 /company/capemisa_seguradora
  /capemisaseguradora
 @capemisa
  @capemisaseguradora


CAPEMISA
 SEGURADORA


CAPEMISA
 CAPITALIZAÇÃO



CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes, Corretores, Colaboradores e Parceiros.

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A relativas ao exercício de 2022, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatórios dos Auditores Independentes.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

1. Mensagem da Administração

A Capemisa Seguradora é uma Sociedade Anônima fechada, especialista em Vida, com 62 anos dedicados ao mercado de seguros de vida e previdência complementar aberta. Em 2022 a Seguradora manteve a estratégia de criar soluções de negócios sob medida para os seus parceiros e que gerassem valor para a Sociedade em geral.

Com o controle e diminuição dos casos de Covid e a consequente redução da sinistralidade, as linhas de negócios, anteriormente impactadas pela pandemia foram retomadas. O que proporcionou melhores resultados operacionais de seguros e de previdência.

A elevação do IPCA e da SELIC também contribuíram para a elevação do nosso resultado financeiro.

No ano de 2022, a Capemisa Seguradora apresentou lucro líquido de R\$ 76,60 milhões e retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 18,24%.

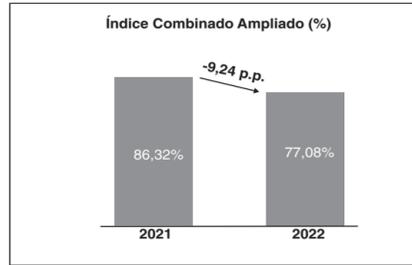
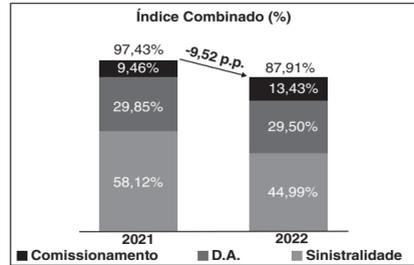
2. Ações Sociais - Lar Fabiano de Cristo

A história de criação da Capemisa é um caso raro no mundo corporativo de uma empresa que surgiu para gerar recursos para o Instituto Capemisa de Ação Social e, assim, apoiar diversas obras sociais, entre elas o Lar Fabiano de Cristo. O projeto foi iniciado em 1958, é reconhecido internacionalmente pela UNESCO e tem como missão desenvolver a proteção social e a educação transformadora, contribuindo para a construção de um mundo melhor.

3. Desempenho

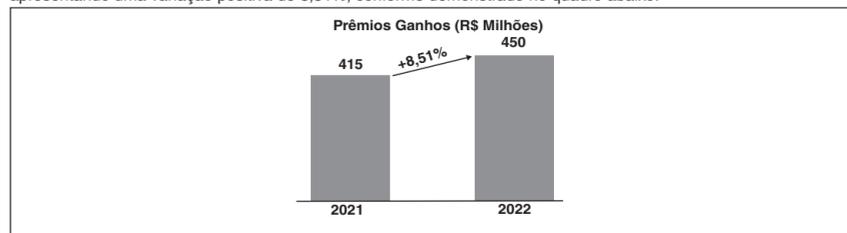
Índices

No ano de 2022 o Índice Combinado, relação entre as despesas operacionais e a receita oriunda dos prêmios ganhos teve uma variação de - 9,52 p.p. em relação ao mesmo período de 2021, justificado, principalmente, pela redução da sinistralidade e o aumento dos prêmios ganhos. O Índice Combinado Ampliado teve redução de 9,24 p.p. devido também ao aumento do resultado financeiro.



Prêmios Ganhos

Em 2022, o prêmio ganho foi de R\$ 450 milhões, enquanto no mesmo período de 2021 foi de R\$ 415 milhões, apresentando uma variação positiva de 8,51%, conforme demonstrado no quadro abaixo:

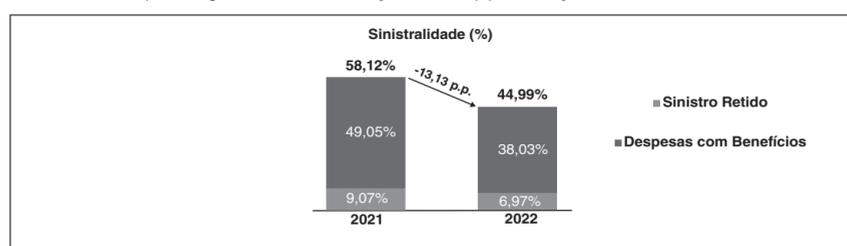


Em 2022 a Capemisa conseguiu aumentar a receita na maior parte dos seus produtos de seguros, em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para os seguintes produtos: Eventos +159,41%, Passageiro Top: +103,20%, Affinity: +88,03%, BPC: +61,69%, PME +21,48%.

A Capemisa se mantém próxima dos corretores realizando treinamento e capacitação, bem como desenvolvendo produtos sob medida para seus parceiros comerciais, como parte de sua estratégia de distribuição.

Nesse contexto, um trabalho de longo prazo vem sendo realizado pela Seguradora, com o fim de combinar produtos e serviços, distribuídos por corretores e parceiros cada vez mais capacitados e presentes em todo o território nacional.

O índice de sinistralidade, em razão da diminuição dos sinistros de seguros, da redução das despesas com benefícios e do aumento dos prêmios ganhos, teve uma variação de 13,13 p.p. em relação ao exercício anterior.

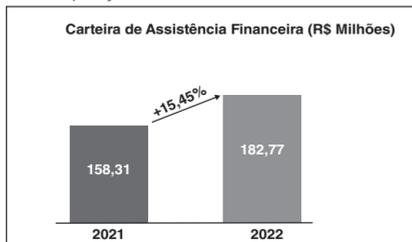


Resultado Financeiro

A Seguradora manteve sua estratégia de ALM (Asset Liability Management) iniciada em 2016 com alocação predominante em títulos públicos federais (NTN-B) - ativo esse alinhado com seus compromissos atuariais, o que tende a neutralizar o impacto da flutuação das taxas de juros reais no resultado uma vez que os ativos se encontram comprados para o longo prazo, alinhados com os prazos e indexadores do passivo.

Em 2022, tivemos a inflação (IPCA), índice que corrige a maior parte da carteira dos títulos públicos, cujo valor foi de 5,78%, enquanto no exercício anterior foi de 10,06%. Porém, tivemos como impacto positivo a redução do IPCM, índice que corrige a maior parte das reservas técnicas, que foi de 4,30% em 2022, contra 9,32% em 2021. Além disso, a taxa Selic realizada em 2022 foi de 12,39% e de 4,39% em 2021, fatos estes que levaram o resultado financeiro a superar o seu equivalente do ano anterior em 20,72%.

Além disso, a Seguradora vem incrementando o investimento dos seus ativos livres na modalidade de Assistência Financeira, que consiste na concessão de crédito aos clientes titulares de planos de previdência, com melhores condições de taxas de juros do que as ofertadas pelas tradicionais operações de crédito do mercado.

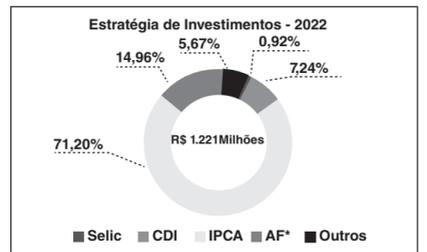


BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)

Table with 5 main columns: ATIVO, Notas, 2022, 2021, 01.01.2021. It lists various assets and liabilities including Circulante, Investimentos, and Patrimônio Líquido.

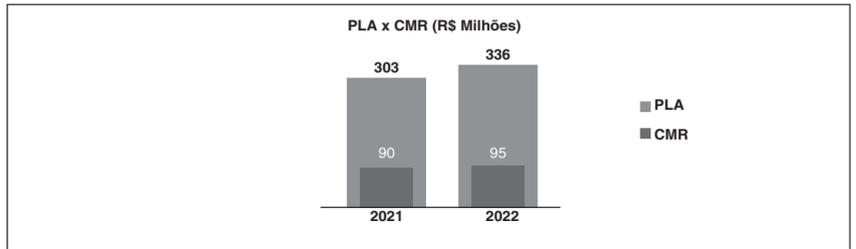
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

No contexto da prática da ALM, o incremento das operações de assistência financeira proporcionou à Capemisa a obtenção de maior rentabilidade de seus ativos, aprimorando, assim, a sua estratégia de investimentos.



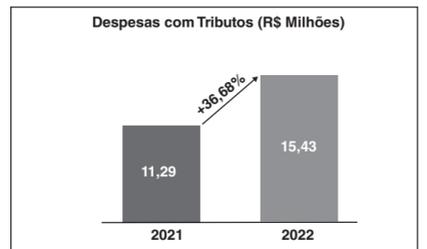
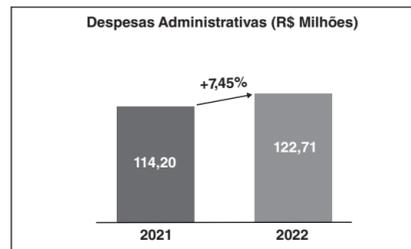
Solvência

A Capemisa Seguradora permanece sólida, apresentando Patrimônio Líquido Ajustado mais de três vezes maior do que o capital exigido pelo Órgão Regulador.



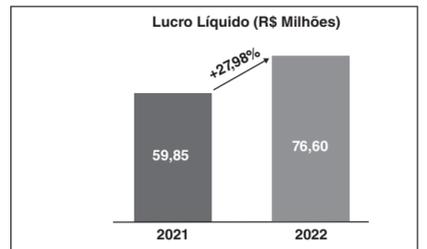
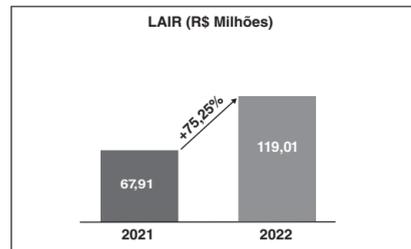
Despesas Administrativas e Tributos

A Capemisa Seguradora manteve sua política de controle de custos buscando a melhoria da eficiência. A Seguradora apresentou redução do índice de despesas administrativas em 0,36 p.p. atingindo 29,49% no ano de 2022 frente ao índice de 29,85%, realizado no exercício anterior.



Lucro Líquido

Com a retomada das linhas de negócios, a evolução positiva do resultado operacional de seguros e previdência, a melhoria do resultado financeiro, obtivemos o aumento do lucro líquido em 27,98%, em relação ao ano anterior, apresentando um retorno de 18,24% sobre o patrimônio.



4. Governança Corporativa

O Grupo Capemisa vem desenvolvendo o seu modelo de gestão com ações concretas de implementação dos princípios e das melhores práticas de Governança Corporativa. A revisão das diretrizes corporativas e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, dos controles internos e das ações de prevenção e combate à fraude e lavagem de dinheiro, têm permitido um salto em qualidade na manutenção e no refinamento do seu modelo de negócios, considerando sempre os padrões mais elevados de integridade, ética profissional e social.

5. Reformulação, Reorganização Societária e/ou Alteração no Controle Acionário

Em novembro de 2022, o controle acionário direto da Seguradora foi transferido da Capemisa Instituto de Ação Social para a Capemisa Holding S.A., permanecendo a Capemisa Instituto de Ação Social com o controle acionário indireto.

6. Declaração sobre a Capacidade Financeira

A Administração, em conformidade com as exigências legais, constituiu provisões de acordo com as melhores práticas de gestão, apresentando assim seus riscos administrados/mitigados de acordo com as normas da SUSEP, o que ratifica a solvência da Seguradora para cobertura de suas responsabilidades.

Conforme afirmamos acima, no item "Solvência", a Capemisa Seguradora se mantém como empresa sólida e capaz de honrar a totalidade dos seus compromissos, até os seus respectivos vencimentos. Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/2021, e suas alterações, a Seguradora declara que os títulos classificados na categoria "até o vencimento" serão mantidos.

7. Política de distribuição de Dividendos, Juros sobre o Capital Próprio e Reinvestimento dos Lucros

A política de distribuição de lucros prevê, de acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo aos acionistas de 30% do lucro líquido apurado no montante bruto de R\$ 21,83 milhões. Durante 2022 foram disponibilizados aos acionistas o montante bruto de R\$ 25,16 milhões de juros sobre o capital próprio, o qual, após a dedução de R\$ 649 mil de imposto de renda retido na fonte, representou o montante líquido de R\$ 24,51 milhões.

8. Outros Assuntos

A Administração da Seguradora, preocupada com a saúde e bem-estar dos seus colaboradores, implantou, desde o início da Pandemia da COVID-19, o regime de teletrabalho. Percebendo a elevação no nível de satisfação e na qualidade de vida dos seus colaboradores, propiciada por essa medida, e refletida na produtividade e nos resultados alcançados, a Administração decidiu adotar, em caráter definitivo, o regime de teletrabalho, assegurada aos seus clientes a opção pelo atendimento virtual ou presencial.

continuação

CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S/A
CNPJ: 08.602.745/0001-32

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da **Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Escopo da auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A., em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A Auditoria Atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A., como previsto no Pronunciamento aplicável à Auditoria Atuarial Independente. **Responsabilidade da administração:** A Administração da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa Auditoria Atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a Auditoria Atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma Auditoria Atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de

retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de Auditoria Atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. **Acreditamos** que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de Auditoria Atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A. e utilizadas em nossa Auditoria Atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da Auditoria Atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 15 de fevereiro de 2023

Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.
CNPJ nº 33.950.548/0001-51 - CIBA nº 161Elmo Henrique de Moraes
Atuário MIBA 2040

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.**, Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras da **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.** ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.** ("Seguradora") em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. **Acreditamos** que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ênfase. Reapresentação das demonstrações financeiras – valores correspondentes.** De acordo com a nota 2.3, devido ao despacho emitido pela Secretaria da Receita Federal em 2021, referente obrigações fiscais ora registradas, a Seguradora ajustou suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os saldos correspondentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as informações contábeis correspondentes às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Seguradora relativos ao exercício findo naquela data foram também ajustados e estão sendo representados como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa "Opinião" não contém modificação relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor.** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos determinados pelo Órgão como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as

decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; e (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2023
Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0
Paulo Buzzi Filho
Contador - CRC-RJ 071138/O-5

PRINTER

para Oferta de Ações

A Luz Capital Markets oferece soluções completas para IPO e FOLLOW ON. Conta com mais de 400 ofertas e possui um time sênior com foco na agilidade.

- ◊ Prospecto e Offering Memorandum
- ◊ Formulário de Referência
- ◊ ITR e DFP
- ◊ Data Room Venue® by DFIN
- ◊ Atendimento 24h



www.luzcm.com

LUZ 50 anos
CAPITAL MARKETS



CAPEMISA Capitalização S/A
CNPJ: 14.056.028/0001-55

continuação

norma, uma entidade retrata a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflete a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca de serviços. Isto significa que a entidade exclui da receita de seguro quaisquer componentes de investimento e reconhece a receita de seguro em cada período conforme satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos de seguros. O IFRS 17 substitui o IFRS 4, que foi referenciado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC através do CPC 11 - Contratos de Seguros. O normativo será aplicado quando referenciado pela SUSEP, e os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados pela Administração. 3.13.3. Aplicações dos Normativos SUSEP. Resolução CNSP Nº 432/2021 - revogou diversas normas e entre elas a Resolução CNSP Nº 321/2015, e entrou em vigor em 03 de janeiro de 2022, exceto o artigo 146 que entrou em vigor em 01 de dezembro/2021. Circular SUSEP Nº 648/2021 - revogou diversas normas e entre elas a Circular Nº 517/2015 e suas alterações, e entrou em vigor em 03 de janeiro de 2022, exceto os artigos 110 e 118 que entraram em vigor em 19 de novembro/2021 na data da publicação. Circular SUSEP Nº 666/2022 - norma pretende a apuração e mitigação dos riscos ambientais, climáticos e sociais. Traz a previsão pela elaboração de estudo de materialidade dos riscos de sustentabilidade a que possam ser expostas, resultante de probabilidade e impacto estimados. A norma entrou em vigor a partir de 1º de agosto de 2022, e os prazos para adequação da Política de Sustentabilidade iniciam em 31 de dezembro de 2022 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1, 28 de fevereiro de 2023 para as enquadradas no segmento S2 e se encerram em 30 de abril de 2023 para as enquadradas nos segmentos S3 e S4. Os prazos para adequação da elaboração do estudo de materialidade iniciam em 31 de dezembro de 2023 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1, 28 de fevereiro de 2024 para as enquadradas no segmento S2 e se encerram em 30 de abril de 2024 para as enquadradas nos segmentos S3 e S4. As datas dispostas correspondem à divulgação do primeiro relatório de sustentabilidade para os referidos segmentos, relativos à data-base de 31 de dezembro do ano anterior. O Relatório de Sustentabilidade, a supervisão deverá elaborar e divulgar até o dia 30 de abril de cada exercício. A adequação se iniciará em 30 de junho de 2024 para as supervisionadas enquadradas no segmento S1 e em 30 de junho de 2025 para as supervisionadas enquadradas nos segmentos S2, S3 e S4.

4 - Aplicações:

4.1 - Composição das aplicações financeiras:

Em 2022:

Table with columns: Categoria, Nível de Hierarquia, Taxa de Juros Anual, Valor Contábil, Valor Justo, % por Categoria. Rows include Fundo de Investimento de Renda Fixa, Debênture CDI, Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Certificado de Depósito Bancário (CDB) PRÉ, Certificado de Depósito Bancário (CDB) CDI, Letra Financeira PRÉ, Letra Financeira CDI.

Em 2021:

Table with columns: Categoria, Nível de Hierarquia, Taxa de Juros Anual, Valor Contábil, Valor Justo, % por Categoria. Rows include Fundo de Investimento de Renda Fixa, Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Debênture CDI, Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Certificado de Depósito Bancário (CDB) PRÉ, Certificado de Depósito Bancário (CDB) CDI, Letra Financeira PRÉ, Letra Financeira CDI.

(* O saldo na curva é de R\$ 85.280 em 2022 (R\$ 42.720 em 2021). (** Os referidos investimentos estão avaliados na curva.

6. Outros créditos operacionais

Refere-se a realização de Instrumentos Particulares de Confissão de Dívidas conforme demonstrado abaixo:

Table with columns: Data da Confissão de Dívida, Data do último aditivo contratual, Valor total, Forma de pagamento, Quantidade de parcelas, Parcelas pendentes de recebimento, Valor da parcela, Data primeiro pagamento, Saldo em 2022, Saldo em RVR (*), Saldo em 2021, Saldo em 2020. Rows include 11/12/2020, 29/04/2022, 10/10/2022, 10/10/2022, 25/07/2022.

(* RVR - Redução ao Valor Recuperável constituída conforme os critérios estabelecidos na nota explicativa nº 3.2.2

7. Títulos e créditos a receber

7.1. Créditos tributários e previdenciários:

Table with columns: Circulante, Não Circulante, 2022, 2021. Rows include Imposto de renda a compensar, Outros créditos tributários previdenciários, Redução ao valor recuperável, Total do circulante, Imposto de renda diferido - ajustes temporais, Contribuição social diferido - ajustes temporais, Imposto de renda diferido TVM - ajustes temporais, Contribuição social diferido TVM - ajustes temporais, Outros créditos tributários e previdenciários, Redução ao valor recuperável, Total do não circulante.

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Table with columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include Despesas operacionais, Gratificações por desempenho (**), Contingências cíveis, Participações nos lucros (*), Contingências trabalhistas, Redução ao valor recuperável de operações de capitalização, Outras reduções ao valor recuperável, Total das diferenças temporárias.

(* Não aplicável para CSLL. (** Não aplicável para IRPJ.

A constituição de créditos tributários de ajustes temporais está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos créditos tributários em até 10 anos. A projeção de prazo para a realização dos créditos tributários está apresentada, conforme quadro a seguir, por ano de realização:

Table with columns: Período, Créditos Tributários, IR Diferido, % Diferido, Créditos Tributários, CSLL Diferida, % Diferida. Rows include 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028-2030, 2031-2032, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027-2029, 2030-2031.

7.2. Depósitos judiciais e fiscais e outros créditos (circulante e não circulante)

Table with columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include Adiantamentos a funcionários, Depósitos judiciais, Outros créditos a receber, Redução ao valor recuperável, Total.

Os depósitos judiciais possuem a seguinte movimentação:

Table with columns: Descrição, Saldo em 2021, Novos Depósitos, Baixas por Perda / Êxito, Atualização, Saldo em 2022. Rows include Trabalhistas, Total.

8. Imobilizado

Table with columns: Descrição, Taxa de Depreciação, Saldo em 2021, Adições, Saldo em 2022. Rows include Equipamentos, Depreciação acumulada.

9. Intangível

Table with columns: Descrição, Taxa de amortização, Saldo em 2020, Adições, Transfêrência, Saldo em 2021. Rows include Sistema de computação em uso, Software, Amortização acumulada.

10. Obrigações a pagar

Table with columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include Dividendos e JCP(*) a pagar, Pagamentos a efetuar, Participação nos lucros, Fornecedores, Outras obrigações a pagar, Total.

(* Juros sobre capital próprio.

11. Impostos e encargos sociais a recolher e encargos trabalhistas

Table with columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include Imposto de renda retido na fonte, Contribuições previdenciárias e FGTS, Imposto de renda retido na fonte sobre JCP (*), ISS retido, Outros impostos e encargos sociais, Total.

As aplicações financeiras estão compostas conforme segue, em função dos vencimentos.

Em 2022:

Table with columns: Sem Vencimento, Até 1 ano, De 1 a 5 anos, Total. Rows include Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Fundo de Investimento de Renda Fixa, Letra do Tesouro Nacional (LTN), Letra Financeira CDI, Certificado de Depósito Bancário (CDB) PRÉ, Certificado de Depósito Bancário (CDB) CDI, Letra Financeira PRÉ, Debênture CDI.

Em 2021:

Table with columns: Sem Vencimento, Até 1 ano, De 1 a 5 anos, Total. Rows include Fundo de Investimento de Renda Fixa, Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Letra do Tesouro Nacional (LTN), Letra Financeira CDI, Debênture CDI.

4.2. Movimentação das aplicações financeiras

Table with columns: Saldos em 2020, Saldos em 2021, Saldos em 2022. Rows include Aplicação, Resgate, Rendimentos, Ajuste de Avaliação Patrimonial.

4.3. Garantia das provisões técnicas. Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

Table with columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include Renda fixa, Total dos ativos oferecidos em cobertura, A Sociedade possui excesso de cobertura no montante de R\$ 32.443 (R\$ 31.591 em 2021).

5. Créditos das operações de capitalização:

Table with columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include A vencer entre 1 e 30 dias, Vencidos entre 1 e 30 dias, Vencidos entre 31 e 60 dias, Vencidos entre 61 e 120 dias, Superior a 121 dias, Redução ao valor recuperável(a).

(a) Constituída conforme os critérios estabelecidos na nota explicativa nº 3.2.2.

A movimentação dos créditos das operações de capitalização está demonstrada a seguir:

Table with columns: Saldo inicial, Emissões, Recebimentos, Saldo final, 2022, 2021.

(* Juros sobre capital próprio.

Table with columns: Encargos trabalhistas, Provisão de férias, Encargos sociais, 2022, 2021.

12. Impostos e contribuições

Table with columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include COFINS, Imposto de renda, Contribuição social, PIS.

13. Débitos operacionais

Table with columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include Distribuidor de títulos de capitalização, Impressos e materiais de vendas, Auditoria com sorteios, Outros.

14. Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros são representados, basicamente, pelo recebimento antecipado de arrecadação com títulos de capitalização. Estão distribuídos conforme demonstrados a seguir:

Table with columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include De 01 a 30 dias, De 31 a 60 dias, De 61 a 90 dias.

15. Provisões técnicas: Abaixo apresentamos as movimentações das provisões técnicas:

Table with columns: Descrição, PMC, PDA, PRA, PSP, PSR, PCS, TOTAL, 2022, 2021. Rows include Saldo em 2020, Constituição, Reversão/Baixa, Juros + correção monetária, Saldo em 2021.

16. Outros débitos: A rubrica "Outros Débitos" está composta conforme demonstrado a seguir:

Table with columns: Provisões cíveis, Provisões trabalhistas, 2022, 2021.

Abaixo apresentamos a movimentação das provisões de contingências:

Table with columns: Descrição, 2021, 2022. Rows include Cíveis, Trabalhistas, Total.

Segundo os advogados da Sociedade, as contingências passivas existentes estão compostas da seguinte forma:

Table with columns: Possibilidade de perda, 2022, 2021. Rows include Provável, Possível, Total.

O montante provisionado de R\$ 871 (R\$ 739 em 2021), corresponde as ações onde os autores requerem o pagamento de sorteios, o resgate dos títulos emitidos e indenizações por dano moral. Os processos com possibilidade de perda provável versam sobre demandas onde a Sociedade, avaliando as características da ação e o entendimento dos tribunais, julga que as possibilidades de vitória são remotas.

Trabalhistas

Table with columns: Possibilidade de perda, 2022, 2021. Rows include Provável, Possível, Total.

O montante de R\$ 6 (R\$ 340 em 2021), corresponde a contingências em curso em diversas Varas da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais, que retratam pleitos de reconhecimento de vínculo empregatício e declaração de responsabilidade subsidiária, que implicam em análise de caso a caso, não se aplicando jurisprudência, mas sim em decorrência dos elementos constantes das reclamações. 17. Patrimônio líquido: 17.1. Capital social. O capital subscrito é de R\$ 36.759 (R\$ 36.759 em 2021) e está representado por 27.610.000 (27.610.000 em 2021) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e está assim composto: 27.490.000 ações para a acionista controladora, Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A, e 120.000 ações para a acionista Capemisa Holding S/A (Capemisa Instituto de Ação Social em 2021). 17.2. Aumento de capital. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22 de dezembro de 2020, os acionistas deliberaram pelo aumento do capital social, no valor de R\$ 20.000, com a emissão de 11.696.000 ações, sendo o valor de R\$ 20.000 totalmente integralizado em dezembro/2020. A referida deliberação foi submetida à apreciação da SUSEP em 22 de janeiro de 2021, sob o nº de processo nº 15414.601091/2021-43. A SUSEP através da Portaria SUSEP/CGRAJ nº 80 de 29 de março de 2021, aprovou as deliberações tomadas pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020.

Continuação



SINAF PREVIDENCIAL CIA DE SEGUROS

CNPJ Nº 44.019.198/0001-20
Rua da Glória, 122, 9º andar - Rio de Janeiro - RJ

Table with columns: Taxa anual de depreciação, 31/12/2020, Aquisições, Baixas, Transferências, Depreciações, 31/12/2021. Rows include Equipamentos de informática, telecomunicações, Refrigeração, etc.

Table with columns: Taxa anual de amortização, Custo, Aquisições, Baixas, Transferências, Amortizações, Valor líquido, 31/12/2021. Rows include Software, Marcas e patentes, Sistema em desenvolvimento.

15. Passivos de contratos de seguros

Table with columns: Provisão bruta de seguros e resseguros, Parcela resseguro, Seguros (-) resseguros - provisão líquida. Rows include Funeral coletivo, Acidentes pessoais coletivo.

Funeral coletivo

Table with columns: Provisões de prêmios não ganhos, Sinistros a liquidar, Sinistros ocorridos, Provisões de despesas relacionadas.

Acidentes pessoais coletivo

Table with columns: Provisões de prêmios não ganhos, Sinistros a liquidar, Sinistros ocorridos, Provisões de despesas relacionadas.

Desemprego/perda de renda coletivo

Table with columns: Provisões de prêmios não ganhos, Sinistros a liquidar, Sinistros ocorridos, Provisões de despesas relacionadas.

Vida coletivo

Table with columns: Provisões de prêmios não ganhos, Sinistros a liquidar, Sinistros ocorridos, Provisões de despesas relacionadas.

Funeral individual

Table with columns: Provisões de prêmios não ganhos, Sinistros a liquidar, Sinistros ocorridos, Provisões de despesas relacionadas.

Acidentes pessoais individual

Table with columns: Provisões de prêmios não ganhos, Sinistros a liquidar, Sinistros ocorridos, Provisões de despesas relacionadas.

Vida individual

Table with columns: Provisões de prêmios não ganhos, Sinistros a liquidar, Sinistros ocorridos, Provisões de despesas relacionadas.

Demonstração da composição das provisões técnicas por ramo

Table with columns: Provisões de prêmios, Provisões de sinistros ocorridos e não-avisados - IBNR, Provisões de sinistros a liquidar.

Provisões de despesas relacionadas - PDR

Table with columns: IBNR PDR inicial, (+) Despesas ocorridas, (-) Despesas avisadas e ocorridas no mês.

Provisões de despesas relacionadas - PDR

Table with columns: PDR inicial, (+) Despesas ocorridas, (+/-) Despesas ajustadas, (-) Despesas pagas.

15.1. Desenvolvimento de sinistros:

A tabela de desenvolvimento dos sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos, dos sinistros pendentes e dos sinistros ocorridos e não avisados da Companhia...

Table with columns: Ano de ocorrência, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022. Rows include Pagos no ano, Pagos até um ano após, etc.

Table with columns: Estimativas dos sinistros incorridos acumulados, Ano de ocorrência, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022.

Passivo dos contratos de seguros na data base de 31/12/2022

Estimativa atual de suficiência (153) (445) 263 353 N/A. % suficiência da provisão líquida inicial (0,30%) (0,72%) 0,30% 0,33% N/A.

Os resultados encontrados para cada ano de ocorrência dos sinistros demonstram que as provisões técnicas constituídas no Balanço Patrimonial encerrado ao final de cada exercício estão adequadas...

16. Provisões judiciais: a. Descrição resumida das principais ações:

Fiscais: No âmbito fiscal, a Sinaf Previdencial Cia de Seguros tem apenas um processo, figurando no polo ativo da Companhia...

Partes relacionadas: Vital Latina Corretora de Seguros S.A., SINAF 24 Horas Serviços de Assistência Ltda., Casa Bom Pastor Serviços Funerários S.A., Uni Empreendimentos Ltda.

Recuperação de despesas administrativas: SINAF Assistencial S.A., Casa Bom Pastor Serviços Funerários S.A., SINAF Sistema Nac. de Assist. a Família, Uni Empreendimentos Ltda., Java Participações Ltda.

Table with columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Fornecedores, Participação nos lucros e resultados, Salários a pagar.

18. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social, autorizado, subscrito e integralizado da Seguradora...

17. Obrigações a pagar: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Participação dos acionistas.

b) Reservas: As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída pelo valor correspondente a 5% do lucro do exercício...

19. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes...

20. Principais ramos de atuação: Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho são:

Table with columns: Ramo, Prêmios ganhos, Índice de sinistralidade, Índice de comissionamento, Prêmios ganhos, Índice de sinistralidade, Índice de comissionamento.

Partes relacionadas: Ativo, Passivo, Receitas, Despesas. Rows include Vital Latina Corretora de Seguros S.A., SINAF 24 Horas...

Recuperação de despesas administrativas: SINAF Assistencial S.A., Casa Bom Pastor Serviços Funerários S.A., SINAF Sistema Nac. de Assist. a Família, Uni Empreendimentos Ltda., Java Participações Ltda.

Adicionalmente, a Seguradora remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos Diretores Estatutários, por meio de pró-labore no montante de R\$ 500 até 31 de dezembro de 2022 (R\$ 416 em 31 de dezembro de 2021).

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 513D-056B-33CD-8E78.



CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.
CNPJ nº 03.502.099/0001-18

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para este plano, a Companhia realizou estudo técnico atuarial em conjunto com seus atuários externos, que está em conformidade com as regras do Pro-nunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela SUSEP e equivalente à IAS 19. As premissas financeiras utilizadas foram definidas pela Companhia.

3.14 Capital social
As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido, quando a Seguradora não possui a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros.

3.15 Outras provisões, ativos e passivos contingentes
A Seguradora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

3.16 Políticas contábeis para reconhecimento de receita
(a) as receitas ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização e sobre as quais não cabem mais recursos.

3.16.1 Ajuste do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:
(a) os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos nas contas de resultados, pelo valor proporcional no prazo de vigência do risco.

3.16.2 Receita de juros
As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do período, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros.

3.16.3 Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS
A contribuição social, quando aplicável, foi constituída pela alíquota de 15% no período de janeiro a julho e pela alíquota de 16% no período de agosto a dezembro.

3.16.4 Lucro por ação
O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido pelo número de ações em cada período. Não há fatores de diluição.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES
Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas estimativas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos. Para estas estimativas a Administração utiliza experiências de eventos passados e/ou correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

(a) Cálculo de impairment de ativos financeiros e não financeiros
A Administração avalia anualmente os seus ativos para a verificação da necessidade de registro de impairment quando existem evidências claras de que o ativo pode não ser recuperável conforme o CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", equivalente à IAS 36.

(b) Avaliação de contingências fiscais, civis e trabalhistas
A Seguradora é parte em processos judiciais, nas esferas trabalhista, cível e fiscal na data de preparação das demonstrações financeiras.

(c) Avaliação de passivos de seguros
A Seguradora faz uso de informações sobre a experiência passada, além de indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários da Seguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros de contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos
A Seguradora reconhece tributos diferidos ativos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis sejam atenuados. Portanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos no balanço patrimonial com base em projeções de resultados tributáveis futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS ORIGINADOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONTRATOS DE SEGURO
5.1 Gestão de risco de seguro
A Seguradora mantém seu foco na gestão de risco. Em sua operação em seguros gerais, o objetivo de sua gestão de risco tem como pontos principais:

(a) direcionar o apetite ao risco de maneira a mantê-lo em linha com o planejamento estratégico da Seguradora;
(b) respaldar as decisões da Administração em resposta a riscos inerentes à atividade, por meio de uma identificação apurada para escolher quais riscos serão evitados, mitigados ou até mesmo assumidos;

(c) reduzir as surpresas e prejuízos operacionais através das respostas aos riscos;
(d) identificar, administrar e priorizar os riscos de impacto inter-relacionados, que podem afetar mais de uma área da Seguradora, de maneira que as respostas a esses riscos também devam ser integradas;

(e) por meio da identificação dos riscos, identificar também as oportunidades de maneira proativa; e
(f) avaliar as necessidades de capital de maneira eficaz, bem como sua alocação, por meio da identificação adequada dos riscos.

(g) A diversificação de riscos é também mitigada por meio de seleção criteriosa e a implementação de diretrizes prudentes sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para a realização de eventuais ajustes.

Sendo uma seguradora generalista, cada carteira de negócio define critérios de subscrição rígidos, com estabelecimento de alçadas decisórias e revisão em pares realizada periodicamente para todas as contas, com o intuito de avaliar a volatilidade de sua carteira.

Os limites de retenção são validados no mínimo semestralmente, conforme determina a legislação vigente, tomando como base a relação entre os limites máximos de indenização dos produtos comercializados pela Companhia e seu patrimônio líquido ajustado. Para garantir que os riscos assumidos em cada produto estejam enquadrados nos limites de retenção correspondentes, a Seguradora celebra contratos de resseguro junto a resseguradoras de seu Grupo Econômico e/ou do mercado, observando ainda os demais limites impostos pela legislação vigente.

A Seguradora efetua operações de seguros em todo o território nacional. Os riscos de seguros (prêmios emitidos líquidos de cancelamentos e restituições) estão distribuídos por região da seguinte forma:

Table with 6 columns: Grupos de ramos, Sul, Sudeste, Centro-oeste, Norte, Nordeste, Total. Shows premium data for 2022 and 2021.

5.2 Análises de sensibilidade
Conforme estabelecido no CPC 11 Contratos de Seguro, a análise de sensibilidade visa demonstrar como o resultado e o patrimônio líquido seriam afetados caso tivessem ocorrido as alterações razoavelmente possíveis na variável de risco relevante na data do balanço.

5.3 Gerenciamento de riscos financeiros
Os instrumentos financeiros estão expostos a riscos financeiros que são monitorados por meio de instrumentos e modelos de análise de risco, que levam em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que normatizam os negócios e ativos financeiros da Seguradora.

5.4 Gerenciamento de risco de crédito
O risco de crédito nos investimentos que não esteja prevista nos limites de autoridade da área financeira da Seguradora, deve ser aprovada pelo Comitê.

(a) Risco de mercado
Risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices.

(b) Risco de liquidez
O risco de liquidez, referente ao risco de descausamento dos saldos de nossos Ativos Garantidores com o saldo de Passivos a serem cobertos, é gerenciado mensalmente através de análises de realizado e projeções anuais de Provisões Técnicas, Fluxo de Caixa e Performance e disponibilidade de saldo de investimentos.

Esta Gestão de Liquidez é submetida aos Comitês de Riscos do grupo Chubb, conforme Resolução CNSP nº 416/21 e Circular SUSEP nº 648/21 e suas atualizações.

(c) Risco de crédito
Para o controle e avaliação do risco de crédito a Seguradora utiliza a classificação de risco de crédito das emissões não bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no País.

(d) Risco operacional
O risco operacional é definido como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas ou sistemas inadequados ou defeituosos. O escopo dessa definição abrange os riscos decorrentes de alterações no perfil de risco da Companhia.

(e) Risco de subscrição
O risco de subscrição é relacionado à oferta de produtos de seguro/resseguro subvalorizados, volatilidade do surgimento de sinistros com relação a expectativas a priori e/ou subscritas de modo que exponha a Chubb a um nível inaceitável de rentabilidade que afete o capital ou mesmo a solvência.

(f) Risco de estrutura
A estrutura para gerenciamento de riscos na Companhia é descentralizada e está composta da seguinte forma:

Table with 4 columns: Tipo de Ressegurador, Agência, Classificação de risco, 31 de dezembro de 2022. Lists various reinsurance agencies and their risk ratings.

(g) Risco de subscrição (cont.)
O risco de subscrição é aquele que refletirá o possível prejuízo devido a deficiências ou falhas em processos comerciais, na tecnologia da informação, nos recursos humanos ou qualquer outro evento negativo externo com relação à operação.

(h) Risco de estrutura (cont.)
A estrutura para gerenciamento de riscos na Companhia é descentralizada e está composta da seguinte forma:

Table with 4 columns: Tipo de Ressegurador, Agência, Classificação de risco, 31 de dezembro de 2022. Continuation of reinsurance agencies table.

(i) Risco de subscrição (cont.)
O risco de subscrição é aquele que refletirá o possível prejuízo devido a deficiências ou falhas em processos comerciais, na tecnologia da informação, nos recursos humanos ou qualquer outro evento negativo externo com relação à operação.

(j) Risco de estrutura (cont.)
A estrutura para gerenciamento de riscos na Companhia é descentralizada e está composta da seguinte forma:

Table with 4 columns: Tipo de Ressegurador, Agência, Classificação de risco, 31 de dezembro de 2022. Continuation of reinsurance agencies table.

(k) Risco de subscrição (cont.)
O risco de subscrição é aquele que refletirá o possível prejuízo devido a deficiências ou falhas em processos comerciais, na tecnologia da informação, nos recursos humanos ou qualquer outro evento negativo externo com relação à operação.

(l) Risco de estrutura (cont.)
A estrutura para gerenciamento de riscos na Companhia é descentralizada e está composta da seguinte forma:

Table with 4 columns: Tipo de Ressegurador, Agência, Classificação de risco, 31 de dezembro de 2022. Continuation of reinsurance agencies table.

(m) Risco de subscrição (cont.)
O risco de subscrição é aquele que refletirá o possível prejuízo devido a deficiências ou falhas em processos comerciais, na tecnologia da informação, nos recursos humanos ou qualquer outro evento negativo externo com relação à operação.

(n) Risco de estrutura (cont.)
A estrutura para gerenciamento de riscos na Companhia é descentralizada e está composta da seguinte forma:

Table with 4 columns: Tipo de Ressegurador, Agência, Classificação de risco, 31 de dezembro de 2022. Continuation of reinsurance agencies table.

(o) Risco de subscrição (cont.)
O risco de subscrição é aquele que refletirá o possível prejuízo devido a deficiências ou falhas em processos comerciais, na tecnologia da informação, nos recursos humanos ou qualquer outro evento negativo externo com relação à operação.

(p) Risco de estrutura (cont.)
A estrutura para gerenciamento de riscos na Companhia é descentralizada e está composta da seguinte forma:

Table with 4 columns: Tipo de Ressegurador, Agência, Classificação de risco, 31 de dezembro de 2022. Continuation of reinsurance agencies table.

(q) Risco de subscrição (cont.)
O risco de subscrição é aquele que refletirá o possível prejuízo devido a deficiências ou falhas em processos comerciais, na tecnologia da informação, nos recursos humanos ou qualquer outro evento negativo externo com relação à operação.

(r) Risco de estrutura (cont.)
A estrutura para gerenciamento de riscos na Companhia é descentralizada e está composta da seguinte forma:

Table with 4 columns: Tipo de Ressegurador, Agência, Classificação de risco, 31 de dezembro de 2022. Continuation of reinsurance agencies table.

(s) Risco de subscrição (cont.)
O risco de subscrição é aquele que refletirá o possível prejuízo devido a deficiências ou falhas em processos comerciais, na tecnologia da informação, nos recursos humanos ou qualquer outro evento negativo externo com relação à operação.

(t) Risco de estrutura (cont.)
A estrutura para gerenciamento de riscos na Companhia é descentralizada e está composta da seguinte forma:

Table with 4 columns: Tipo de Ressegurador, Agência, Classificação de risco, 31 de dezembro de 2022. Continuation of reinsurance agencies table.

(u) Risco de subscrição (cont.)
O risco de subscrição é aquele que refletirá o possível prejuízo devido a deficiências ou falhas em processos comerciais, na tecnologia da informação, nos recursos humanos ou qualquer outro evento negativo externo com relação à operação.

(v) Risco de estrutura (cont.)
A estrutura para gerenciamento de riscos na Companhia é descentralizada e está composta da seguinte forma:

Table with 4 columns: Tipo de Ressegurador, Agência, Classificação de risco, 31 de dezembro de 2022. Continuation of reinsurance agencies table.

(w) Risco de subscrição (cont.)
O risco de subscrição é aquele que refletirá o possível prejuízo devido a deficiências ou falhas em processos comerciais, na tecnologia da informação, nos recursos humanos ou qualquer outro evento negativo externo com relação à operação.

(x) Risco de estrutura (cont.)
A estrutura para gerenciamento de riscos na Companhia é descentralizada e está composta da seguinte forma:

Table with 4 columns: Tipo de Ressegurador, Agência, Classificação de risco, 31 de dezembro de 2022. Continuation of reinsurance agencies table.

(y) Risco de subscrição (cont.)
O risco de subscrição é aquele que refletirá o possível prejuízo devido a deficiências ou falhas em processos comerciais, na tecnologia da informação, nos recursos humanos ou qualquer outro evento negativo externo com relação à operação.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 513D-056B-33CD-8E78.

CHUBB

CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.
CNPJ nº 03.502.099/0001-18

→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ambiente de tecnologia da informação

A Chubb Seguros Brasil S.A. tem um ambiente de negócio dependente de estrutura de tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o registro e processamento de transações de suas operações em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras. Por essa razão, consideramos essa área de foco em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e testamos a efetividade operacional dos controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio da Seguradora. Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre os demais procedimentos de auditoria.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

Ricardo Barth de Freitas
Contador - CRC 1SP235228/O-5

CHUVAS

Hotéis vivem onda de desistências no litoral norte do estado de SP

Segundo a Associação Comercial e Empresarial de São Sebastião, um quarto dos hotéis e pousadas do município fica na região mais atingida pelas chuvas. Maioria das pousadas entre Boiçucanga e Boraceia foi atingida diretamente.

Daniel Linguite - Latin America News Agency



O litoral norte do estado de São Paulo, geralmente muito procurado nesta época do ano, vive realidade de pedidos de cancelamento ou adiamento por conta das consequências das fortes chuvas que caíram na região durante o feriado de Carnaval

Após a tragédia que causou pelo menos 50 mortes no litoral norte de São Paulo no carnaval, empresários do setor de hotelaria ou de imóveis para aluguel tentam evitar a onda de cancelamentos de reservas na região, uma das mais buscadas pelos turistas. Em São Sebastião, ainda são calculados os prejuízos e há dificuldades de acesso. Em Ubatuba, eles argumentam com clientes que os estragos se concentraram em outras áreas para encorajar os hóspedes. Meteorologistas, porém, recomendam que visitantes evitem a região nos próximos dias. O mesmo apelo foi feito pelo ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França.

Segundo a Associação Comercial e Empresarial de São Sebastião, um quarto dos hotéis e pousadas do município fica na região mais atingida pelas chuvas. Olivo Ramirez Balut, presidente da enti-

dade, diz que a maioria das pousadas entre Boiçucanga e Boraceia, na costa sul, foi atingida diretamente por alagamentos e inundações. "Muitos desses estabelecimentos, além de terem de lidar com prejuízos próprios e dos hóspedes, ficarão impossibilitados de fazer reservas por semanas e até meses", afirma.

Hotéis e pousadas da costa norte, centro e costa sul até Boiçucanga, que não tiveram prejuízos diretos, estão sendo afetados por uma onda de cancelamentos, segundo ele. "É normal que a pessoa que fez reserva se sinta insegura de vir nesse momento em que ainda há estradas bloqueadas e situação ainda de emergência. O que a gente vê nesse momento é o movimento de pessoas querendo deixar a região", afirma.

A Pousada Ipê, na região central da cidade, não sofreu com a chuva, mas foi obrigada a atender a pedidos de cancelamentos de reserva. "A costa sul, que foi atingida, está bem distante, mas os reflexos che-

gam até aqui. Quando nos procuram para reservas, estamos informando que o acesso é só pela (rodovia dos) Tamoios, que ainda não dá para ir às praias da costa sul", diz Jéssica, funcionária do local.

Corretoras e empresas de locação retiraram de suas páginas na internet ofertas de acomodações nas praias atingidas pelo desastre, como Juquehy, Camburi e Barra do Sahy. Por meio da assessoria de imprensa, a Airbnb informou que ainda não tem um balanço de cancelamentos.

Pousadas de Ilhabela, que dependem das balsas de São Sebastião para a chegada do turista, também sofrem. "Era muita água e nossa pousada foi alagada. Conseguimos salvar os carros dos hóspedes, mas perdemos muita coisa, inclusive meu próprio carro, camas e eletrodomésticos", diz Ezequiel de Souza Vale, gerente de uma unidade.

Ele conta que, no domingo, estava com os oito apartamentos e o chalé ocupa-

dos. "Tivemos de devolver o dinheiro e ajudar os hóspedes a irem embora, pois até sem água ficamos. Alguns conseguimos remanejar para outras pousadas. Todas as reservas que tínhamos até o fim deste mês foram canceladas. Alguns hóspedes que são clientes antigos remarcararam para o fim de março e início de abril. Acredito que os próximos 30 dias ainda serão muito difíceis."

De acordo com o presidente da Associação Comercial, o governo do Estado criou uma linha de crédito especial para socorrer o setor. Para Balut, o momento não é favorável para chamar turistas para a região. "Se a pessoa precisar vir a São Sebastião por alguma necessidade, vai ter acomodação, mas esse não é um bom momento para turismo", diz.

"As pessoas não sabem que em Ubatuba não houve tanto estrago como aconteceu em São Sebastião e cancelam com medo de vir para cá", diz Salim Simão, gerente

do Hotel Porto do Eixo, numa das praias do sul da cidade litorânea. O estabelecimento, de 38 quartos, já teve dois cancelamentos na quarta-feira, 22.

Na Praia do Sapê, também no sul de Ubatuba, a gerente da pousada de luxo Temoana, Juliana Netto, diz se esforçar para explicar aos clientes que nem a hospedaria nem a cidade foram atingidas tão fortemente como em São Sebastião, a 77 quilômetros.

"Já tivemos um cancelamento de hóspedes que viriam neste final de semana. Muitos estão pedindo informações. A gente explica a distância, manda fotos, e diz que os estragos aqui foram muito menores", afirma Juliana Netto de Oliveira, gerente da pousada, que cobra diária média de R\$ 900. No dia das chuvas, porém, algumas ruas nos bairros onde moram funcionários estavam alagadas. Outros tiveram a casa invadidas pelas águas.

Na Pousada Kaliman, na

mesma cidade, o gerente Rui Ribeiro usa uma câmera que transmite imagens ao vivo da praia na tentativa de convencer os clientes. "O funcionamento do túnel para subida da serra pela Tamoios também ajuda a acalmar os clientes", diz ele. O túnel de 12,5 km na nova pista da Rodovia dos Tamoios, na subida da Serra do Mar, foi inaugurado em março do ano passado.

Os problemas de esgoto na cidade também jogam contra os empresários. Uma das ruas que passa perto do hotel, segundo Simão, transbordava regularmente quando chovia. O próprio hotel, então, custeou uma obra para instalar galerias pluviais a fim de escoar a água que empoeçou na via.

Por outro lado, tem quem acredite que a tragédia em São Sebastião faça os turistas migrarem para Ubatuba. "Creio que o movimento vai aumentar", afirma Jefferson José dos Santos, que tem uma escola de surfe na praia do Sapê.

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA BTG PACTUAL RESEGUROADORA S.A. - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

12. Provisões técnicas e ativos de retrocessão: a. Provisões técnicas - brutas de retrocessão:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Garantía, Rural, Danos and sub-totals for Bruto de retrocessão líquido de retrocessão and Bruto de retrocessão líquido de retrocessão.

b. Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Garantía, Rural and sub-totals for Provisão de prêmios não ganhos e Provisão de sinistros a liquidar.

c. Movimentação das provisões técnicas - brutas de retrocessão:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo no início do exercício, Constituições/Reversões, Avisos/ajustes de sinistros, Pagamento, and Saldo no final do exercício.

d. Movimentação das provisões técnicas - Ativos de resseguro e retrocessão:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Saldo no início do exercício, Constituições/Reversões, Avisos/ajustes de sinistros, Pagamento, and Saldo no final do exercício.

13. Teste de adequação de passivos (TAP):

O TAP foi elaborado pelo Grupo BTG Pactual, com a participação de especialistas em matemática financeira e atuária. O teste tem como objetivo avaliar a capacidade de cobertura dos riscos segurados e retrocedidos.

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Ramo, Sinistralidade, and Sinistralidade máxima.

14. Gerenciamento de riscos: A Resseguradora, aprovada pela SUSEP para atuar como resseguradora local, é dedicada à atividade de resseguro nos ramos de seguros de danos e de acidentes pessoais.

A base de sinistros da Resseguradora não demonstrou consistência no Teste de Desenvolvimento dos Sinistros devido às oscilações resultadas nos fluxos dos sinistros registrados que ao longo dos anos de operacionalização da Resseguradora sempre demonstraram baixa ou real movimentação...

O gerenciamento de riscos da Resseguradora é gerido no âmbito do Grupo BTG Pactual, que monitora e controla a exposição ao risco através de uma variedade de sistemas internos distintos, porém complementares...

Aos Administradores e Acionistas da BTG Pactual Resseguradora S.A. - Escopo da auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido...

Exposição máxima ao risco de seguro

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Bruto de retrocessão líquido de retrocessão and Bruto de retrocessão líquido de retrocessão.

Análise de sensibilidade: A tabela abaixo demonstra resultados de testes de sensibilidade aplicados aos contratos de resseguro, com base na variação das principais premissas atuárias da Resseguradora.

a. Concentração de riscos:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Região Geográfica, Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul, Exterior, and Total.

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Região Geográfica, Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul, Exterior, and Total.

Análise DV01 não se aplica aos demais papéis da Resseguradora. Risco de crédito: Risco de crédito refere-se ao risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe...

Rating dos resseguradores dos contratos de resseguro:

Table with columns for Ressegurador, Rating, Fitch, S&P, Moody's, and AM Best. Rows include Ressegurador 1 through Ressegurador 29.

Risco de subscrição:

O risco de subscrição está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da sociedade supervisionada, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuárias utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões técnicas...

Fator de risco sobre as estruturas vigentes: Taxa de juros, elevação de taxas de redução de taxas, 100 bases points nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2022.

15. Cobertura das provisões técnicas: A cobertura das provisões técnicas por ativos vinculados é apresentada pelo seu valor de mercado abaixo demonstrada:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Provisões técnicas, Ativos de resseguro redutores, Direito creditório, Custos de aquisição diferidos, Títulos de renda fixa - públicos, Títulos de renda fixa - privados, Total dado em cobertura (B), Excesso de cobertura (B) - (A), and Impacto no patrimônio líquido e resultado.

Gestão de capital: O principal objetivo da Resseguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)...

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Patrimônio líquido, Ajustes contábeis, Ajustes associados à variação dos valores econômicos, PLA de nível 1, PLA de nível 2, PLA de nível 3, Patrimônio líquido ajustado (a), Capital Mínimo Requerido, Capital Base - CB (b), Capital de Risco CR (c), Capital risco de subscrição, Capital risco de crédito, Capital risco operacional, Capital risco de mercado, Benefício de diversificação, Capital Mínimo Requerido - CMR - (d) - maior entre (b) e (c), Suficiência de capital (e = a - d), Suficiência de capital (e/d), and Índice de solvência (a/d).

Despesa de imposto de renda e contribuição social:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Outras provisões, Variação cambial, Outras (incluções/exclusões permanentes), and Despesa de imposto de renda e contribuição social.

17. Créditos tributários e previdenciários: a. Composição:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Créditos tributários IR/CS, Créditos tributários PIS/COFINS, and Total.

b. Movimentação:

Table with columns for 2021 Constituição, 2021 Reversão, 2022 Constituição, and 2022 Reversão. Rows include Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos, Outras diferenças temporárias, Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos, and Outras diferenças temporárias.

c. Estimativa de realização dos créditos tributários:

Table with columns for Ano, Valor, and 31/12/2022. Rows include Ruz, 2024, 2025, and 2026.

18. Patrimônio líquido: a. Capital social:

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 350.000, representado por 337.178.487 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b. Reserva legal: Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício, atende a qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

d. Distribuição de lucros: Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os juros sobre capital próprio, quando deliberados e pagos, são atribuídos como de parcela de dividendo mínimo.

19. Detalhamento de contas da demonstração de resultado: a. Principais ramos de atuação:

Table with columns for Ramo, 31/12/2022 Prêmios, 31/12/2022 Ganhos, 31/12/2022 Sinistralidade %, 31/12/2022 Custo aquisição %, 31/12/2022, and 31/12/2021. Rows include Garantía, Rural, Danos, Demais, and Total.

b. Prêmios emitidos:

Table with columns for 2021 Prêmios emitidos, 2021 Prêmios estimados - EPI, 2022 Prêmios emitidos, and 2022 Prêmios estimados - EPI. Rows include Prêmios emitidos, Prêmios estimados - EPI, Prêmios cancelados, Prêmios restituídos, C. Sinistros ocorridos, e Indenizações avisadas.

d. Custo de aquisição: Despesas de corretagem, e. Outras receitas e despesas operacionais, Despesa com consultoria de seguros, Despesas operacionais, f. Resultado com retrocessão:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Resultado com retrocessão, Recuperação de sinistros, Recuperação de despesas relacionadas, Variação de sinistros ocorrido e não avisados, Outros resultados com operação de retrocessão, Prêmios cedidos em retrocessão, Variação das provisões de prêmios, g. Despesas administrativas:

Table with columns for 31/12/2022 and 31/12/2021. Rows include Despesa com pessoal próprio, Despesas com serviços de terceiros, Localização e funcionamento, Publicidade e propaganda, Despesas com publicações, Contribuições, Outras despesas, h. Despesas com tributos: COFINS, PIS, Taxa de fiscalização, Outros despesas com tributos, i. Resultado financeiro:

20. Partes relacionadas: A Administração identifica como partes relacionadas à Resseguradora, o Banco BTG Pactual S.A., e as empresas a ele ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros da pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Ativo

Table with columns for Grau de relação, Ativo/Passivo, and Recreitas/(Despesas). Rows include Disponibilidades, Créditos das operações com seguros e resseguros, Custos de aquisição diferidos, Passivo, Contas a pagar, e Débitos de operações com seguros e resseguros.

Atuário

Atuário responsável: Marcos Falção, MIBA nº 893.

PARECER DOS AUDITORES ATUÁRIOS INDEPENDENTES

parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens devendo no primeiro parágrafo acima.

Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732 - Edifício B32 São Paulo - SP - Brasil - 04538-132 CNPJ 02.646.397/0001-19 CIBA 105

Diante Ferreira Bonetti MIBA 21477

continua

★ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da BTG Pactual Seguros S.A. - 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam o seu vencimento.

31/12/2022	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Disponível	268	-	-	268
Aplicações	40.470	-	986	41.456
Créditos das operações com seguros e resseguros	42.750	34.146	-	76.896
Total dos ativos financeiros	83.488	34.146	986	118.620
Contas a pagar	1.144	-	-	1.144
Débitos de operações com seguros e resseguros	43.149	33.885	-	77.034
Total dos passivos financeiros	44.293	33.885	-	78.178

31/12/2021	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Disponível	50	-	-	50
Aplicações	33.693	5.373	1.002	40.068
Créditos das operações com seguros e resseguros	33.222	31.388	12.825	77.435
Total dos ativos financeiros	66.965	36.761	13.827	117.553
Contas a pagar	623	-	-	623
Débitos de operações com seguros e resseguros	36.855	31.388	12.825	81.068
Total dos passivos financeiros	37.478	31.388	12.825	81.691

Sensibilidade à taxa de juros

	a	b
Impacto no Patrimônio Líquido e resultado		

Fator de risco sobre as estruturas vigentes

Taxa de juros

redução de taxas = -

elevação de taxas = -

a) 100 basis points nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2022. b) 100 basis points nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31 de dezembro de 2022. **13. Cobertura das provisões técnicas:** A cobertura das provisões técnicas por ativos vinculados é apresentada pelo seu valor de mercado abaixo demonstrada:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões técnicas	124.998	91.201
Ativos de resseguros redutores	(53.199)	(18.116)
Direito creditório	(68.460)	(66.449)
Necessidade de cobertura (A)	3.339	6.636
Títulos de renda fixa - públicos	6.349	4.781
Títulos de renda fixa - privados	501	4.666
Total dado em cobertura (B)	6.850	9.447
Excesso de cobertura (B) - (A)	3.511	2.811

A suficiência do índice de liquidez em relação ao capital de Risco (CR) está apresentada na nota Gestão de Capital. **14. Imposto de renda e contribuição social:**

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre os lucros e participações	3.174	(460)
Participações estatutárias sobre o lucro	(312)	(302)
Base de cálculo	2.862	(762)
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes	(1.145)	305
Inclusões/Exclusões no cálculo da tributação	46	233
Resultado da avaliação a mercado de títulos e derivativos	46	237
Outras (inclusões/exclusões permanentes)	(46)	(14)
(Constituição)/Compensação sobre Prejuízo fiscal de IR e Base negativa de CSLL	(352)	(528)
Despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social	(793)	(19)
(Despesa)/Receita de impostos diferidos	(314)	309
(Despesa)/Receita total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.107)	290

DIRETORIA

Leonardo Felix, João Marcelo Dantas Leite, Mariana Botelho Ramalho Cardoso

CONTOADOR

Alexandre Akiyama Zanvetto, CRC 1RJ-092069/O-8 S SP

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Adicionalmente, a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da BTG Pactual Seguros S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinar serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuariários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuarialidade (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

relacionado com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. **Além disso:** • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que servem de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

PWC
PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732 - Edifício B32
São Paulo - SP - Brasil - 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105
Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

PWC
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador - CRC 1SP12741/O

O Diário Comercial oferece um atendimento ágil e o melhor custo-benefício.

Fale com quem entende de Publicidade Legal.

■ Atas ■ Balanços ■ Editais
■ Avisos ■ Comunicados ■ Fatos Relevantes

Diário Comercial
www.diariocomercial.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 513D-056B-33CD-8E78.



BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ(MF) nº 19.449.767/0001-20

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477 - 14º andar CEP 04538-133, Itaim Bibi - São Paulo - SP

Senhores Acionistas: Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da BTG Pactual Vida e Previdência S.A. (Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 648 de 12 de novembro de 2021...

inclusive acidentes pessoais, em qualquer uma de suas modalidades ou formas. A Companhia está sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 19.449.767/0001-20...

em 2021), apresentando um aumento de 110% no período. O prejuízo da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ (1,9) milhões contra R\$ (6,3) milhões em ano anterior, impulsionado pelo melhor desempenho da carteira de aplicações da Companhia.

Audtores Independentes: A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho...

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Table with 4 columns: Ativo/Circulante, Notas, 31/12/2022, 31/12/2021. Includes rows for Circulante, Disponivel, Caixa e bancos, etc.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

Table with 4 columns: Notas, 31/12/2022, 31/12/2021. Includes rows for Renditas de contribuições e prêmios, Resultado operacional, etc.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Table with 4 columns: Notas, 31/12/2022, 31/12/2021. Includes rows for Atividades Operacionais, Investimentos de Financiamento, etc.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Table with 3 columns: Capital social, Prejuízos acumulados, Total. Rows for 2020, 2021, and 2022.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABSTRANTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Table with 4 columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Includes rows for Prejuízo do exercício, Resultado abrangente do exercício, etc.

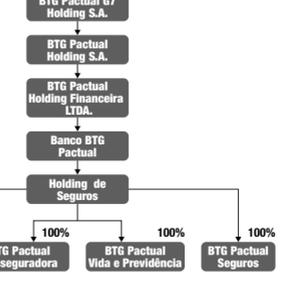
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A BTG Pactual Vida e Previdência S.A., doravante denominada por 'Companhia', é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social operar planos de previdência complementar aberta, concedendo benefícios de caráter previdenciário na forma de renda continuada...

dos de acordo com Notas Técnicas Atuariais e com o Regulamento Vigente (Circular SUSEP nº 648/2021), nos regimes financeiros de capitalização, repatrição de capitais de cobertura e repatrição simples, respectivamente...

de demandas e mudanças no quadro regulatório. A Companhia conta com a assessoria e acompanhamento de atuário externo para avaliação de riscos de não atendimento das obrigações e parâmetros técnicos para a contratação e controle...

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito pode ser materializado, substancialmente, por meio do seguinte fato: Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não honrar com o pagamento previsto no vencimento; Risco de liquidez: O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia...



2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 648, de 12 de novembro de 2021, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e orientação da SUSEP...

Table with 4 columns: Hierarquia do valor, Taxa contratada, Até 90 dias, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows for Alíquotas, Rendimentos, etc.

Table with 4 columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Includes rows for Saldo no início do exercício, Saldo no final do exercício, Composição por prazo, etc.

Table with 4 columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Includes rows for Encargos de juros, Despesa de imposto de renda e contribuição social, etc.

3. Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são as seguintes: a. Caixa e bancos: Incluem o caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos e atuais, no que contemple a adoção total da norma...

de valores de mercado e mudança no quadro regulatório. A Companhia conta com a assessoria e acompanhamento de atuário externo para avaliação de riscos de não atendimento das obrigações e parâmetros técnicos para a contratação e controle...

de valores de mercado e mudança no quadro regulatório. A Companhia conta com a assessoria e acompanhamento de atuário externo para avaliação de riscos de não atendimento das obrigações e parâmetros técnicos para a contratação e controle...

de valores de mercado e mudança no quadro regulatório. A Companhia conta com a assessoria e acompanhamento de atuário externo para avaliação de riscos de não atendimento das obrigações e parâmetros técnicos para a contratação e controle...

de valores de mercado e mudança no quadro regulatório. A Companhia conta com a assessoria e acompanhamento de atuário externo para avaliação de riscos de não atendimento das obrigações e parâmetros técnicos para a contratação e controle...

de valores de mercado e mudança no quadro regulatório. A Companhia conta com a assessoria e acompanhamento de atuário externo para avaliação de riscos de não atendimento das obrigações e parâmetros técnicos para a contratação e controle...

Table with 4 columns: 31/12/2022, 31/12/2021. Includes rows for Renditas de contribuições e prêmios, Composição de despesas, etc.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 513D-05CB-33CD-8E78.

BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.				
DIRETORIA	CONTADOR	ATUÁRIO		
João Marcelo Dantas Leite Marcelo Sales Flora	Mariana Botelho Ramalho Cardoso Alexandre Akayama Zanvetor - CRC 1RJ-092069/O-8 SP	Marcos Falcão - MIBA nº 893		
PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES				
<p>Aos Administradores e Acionistas - BTG Pactual Vida e Previdência S.A. Escopo da auditoria: Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da BTG Pactual Vida e Previdência S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Responsabilidade da Administração: A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos atuários independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da BTG Pactual Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e Formulário de Informações Periódicas (FIP) concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.</p> <p style="text-align: right;">São Paulo, 24 de fevereiro de 2023</p> <p style="text-align: center;">PWC PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732 - Edifício B32 São Paulo - SP - Brasil - 04538-132 CNPJ 02.646.397/0001-19 CIBA 105 Dinarte Ferreira Bonetti MIBA 2147</p>				
<p>Aos Administradores e Acionistas - BTG Pactual Vida e Previdência S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BTG Pactual Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BTG Pactual Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p> <p style="text-align: right;">São Paulo, 24 de fevereiro de 2023</p> <p style="text-align: center;">PWC PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5</p> <p style="text-align: right;">Edison Arisa Pereira Contador CRC 1SP127241/O-0</p>				

TRAGÉDIA

Sobe para 54 o número de mortes após chuvas no litoral norte de São Paulo



Os trabalhos de buscas entraram no sexto dia. Até o momento, 38 corpos foram identificados e liberados para o sepultamento. São 13 homens adultos, 12 mulheres adultas e 13 crianças que perderam a vida em desabamentos e deslizamentos

O número de mortes causadas pelos fortes temporais que atingiram o litoral norte de São Paulo no fim de semana de carnaval subiu para 54. Do total, 53 são em São Sebastião e uma em Ubatuba, segundo o último balanço divulgado às 8h de sexta-feira, 24. Os trabalhos de buscas entraram no sexto dia. Até o momento, 38 corpos foram identificados e liberados para o sepultamento. São 13 homens adultos, 12 mulheres adultas e 13 crianças.

Ainda de acordo com o governo de São Paulo, equipes do município de São Sebastião, com psicólogas e assistentes sociais, fazem um trabalho de acolhimento dos familiares das vítimas. No momento, a prioridade permanece no socorro às vítimas, assim como no atendimento aos 2.251 desalojados e 1.815 desabrigados. O governo paulista orienta

turistas a não viajarem para as regiões afetadas do litoral norte. "O objetivo é evitar sobrecarregar o atendimento em hospitais, o trânsito nas estradas e o abastecimento de água e de alimentos na região", disse, em nota.

A Polícia Militar acrescenta ainda que as rodovias da região precisam estar livres para que veículos de socorro e de resgate possam circular livremente. "A PM orienta também que as doações sejam feitas em postos que não estejam localizados nos municípios atingidos."

O Departamento de Estradas de Rodagem (DER) liberou na noite de quinta-feira, 23, o tráfego de veículos no km 174 da Rodovia Rio-Santos, no trecho entre São Sebastião e Ubatuba. "Desde a última quarta-feira, 22, a circulação de veículos de serviço e emergên-

cia estava autorizada no local. A partir de agora, todos os veículos podem circular pelo trecho, que, no momento, funciona em operação comboio", disse o governo estadual.

A subida da serra pode ser feita pelo Sistema Anchieta-Imigrantes ou Rodovia dos Tamoios, a depender do ponto na Rio-Santos onde o motorista se encontra.

"Caso esteja na altura da Praia de Juquehy (km 176), no sentido de Bertioaga, a rota é somente pelo Sistema Anchieta-Imigrantes. Para o motorista que estiver do outro lado da interrupção total da Rio-Santos, no km 174, as rotas alternativas podem ser pela Rodovia dos Tamoios ou pela Rodovia Oswaldo Cruz, disse, em nota

Já as obras de reparo na Rodovia Mogi-Bertioaga terão duração de até ao menos

180 dias. A liberação parcial, segundo o governo paulista, está prevista para ocorrer em dois meses.

Uma equipe de protetores de animais já recolheu e está abrigoando 30 cães e gatos que perderam seus tutores no deslizamento do morro, na Vila do Sahy, em São Sebastião, litoral norte de São Paulo. A tragédia provocada pelas chuvas já causou a morte de 54 pessoas e ainda há dezenas de desaparecidos. Os pets também foram atingidos e muitos morreram ao lado de seus donos. Outros ficaram perdidos entre os escombros.

O grupo Petlove e a ONG Instituto Felipe Becari formaram uma força-tarefa para remover da lama, fazer os primeiros socorros e encaminhar para tratamento os animais sobreviventes. De acordo com o Grupo de Res-

gate de Animais em Desastre (Grad), os pets se encontram debilitados e com quadros de diferentes níveis de gravidade, com patas quebradas, picadas por animais peçonhentos, além de estarem estressados pela perda de seus tutores.

A ONG e a empresa enviaram médicos veterinários, remédios e insumos básicos, como rações, analgésicos, vermífugos, antipulgas, anestésicos e soros para as primeiras ações de socorro aos animais. Na quinta-feira, 23, os primeiros 30 cães e gatos resgatados, e que já não têm mais seus tutores, foram transportados para o Instituto Felipe Becari, na capital paulista. A Petlove cedeu as caixas usadas no transporte.

A ação se estendeu aos animais que sobreviveram à tragédia junto com seus tutores. Em alguns casos, foram necessárias internações e cirurgias

bancadas pela empresa, que ainda está enviando 1,5 tonelada em alimentos e rações para os 220 cães e gatos que permanecem com seus tutores na região atingida.

Quando estiverem totalmente restabelecidos, os animais órfãos serão destinados para a adoção. "Não podemos ficar alheios ao sofrimento dos animais, nem da sociedade. Sentimos imensamente pelas tragédias ocorridas no litoral norte de São Paulo e encontramos meios, junto com parceiros, de tornar possível o resgate e atendimento dos animais que estão em situação de risco e sofrimento", disse a CEO do grupo Petlove, Talita Lacerda. Conforme Rafael Saraiva, cofundador do Instituto Felipe Becari, a ONG tem experiência na remoção de animais vítimas de grandes tragédias, como a de São Sebastião.

PRINTER

para Oferta de Ações

A **Luz Capital Markets** oferece soluções completas para **IPO** e **FOLLOW ON**. Conta com mais de 400 ofertas e possui um time sênior com foco na agilidade.

- ◇ Prospecto e Offering Memorandum
- ◇ Formulário de Referência
- ◇ ITR e DFP
- ◇ Data Room Venue® by **DFIN**
- ◇ Atendimento 24h



www.luzcm.com

LUZ 50 anos
CAPITAL MARKETS



SOMBREIRO SEGUROS S/A
CNPJ: 37.960.905/0001-13

protegequemproduz

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Acionistas e Administradores da Sombrero Seguros S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião.** Examinamos as demonstrações contábeis da Sombrero Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sombrero Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorci-

do de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de mate-

rialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião; • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis; • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria; • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo; • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que

o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2023. **BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2 SP 013846/F**
Fabiano de Oliveira Barbosa - Contador CRC 1 DF 015827/O-3.

UM SOMBREIRO DO TAMANHO DO BRASIL

Para proteger quem produz com excelência, agilidade e inovação, é preciso estar em todos os lugares.

• SEGURO RURAL • GARANTIA • RESPONSABILIDADE CIVIL • COMPREENSIVO EMPRESARIAL.



WWW.SOMBREROSEGUROS.COM.BR

O **Diário Comercial** é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.



- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes



www.diariocomercial.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Table with 4 columns: Valorização em 2,0% na SELIC, Desvalorização em 2,0% na SELIC, Impacto no Resultado no Patrim. Financeiro, Impacto no Resultado no Patrim. Líquido. Rows include Letras financeiras, Letras do tesouro, Notas do tesouro, etc.

3.18 Apreciação do resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. 3.19 Participações sobre o resultado: O valor das participações dos funcionários no resultado do período é provisionado por estimativa, baseada no plano de distribuição de participações de resultados da Seguradora, homologado pelo sindicato da categoria. 4. Gerenciamento de risco: A Seguradora está, de forma geral, exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de subscrição; Risco de mercado; e Risco operacional.

Table with 5 columns: Saldo em 31/12/2021, Aplicações Resgates, Rendimentos Ajustes TVM, Saldo em 31/12/2022. Rows include Letras financeiras do tesouro - LFT, Fundos de investimentos, Notas do tesouro nacional - LTN, etc.

Table with 5 columns: 1 a 30 dias ou sem venc., 31 a 60 dias, 61 a 120 dias, 121 a 365 dias, Acima de 365 dias, Valor contábil. Rows include Letras financeiras do tesouro - LFT, Fundos de investimentos, etc.

Table with 5 columns: Prêmios emitidos líquidos, Parcela resseg., Prêmios retidos pela Seguradora, Prêmios retidos pela Seguradora. Rows include Patrimonial, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos financeiros, etc.

Table with 5 columns: Prêmios emitidos líquidos, Parcela resseg., Prêmios retidos pela Seguradora, Prêmios retidos pela Seguradora. Rows include Patrimonial, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos financeiros, etc.

Table with 5 columns: Prêmios emitidos líquidos, Parcela resseg., Prêmios retidos pela Seguradora, Prêmios retidos pela Seguradora. Rows include Patrimonial, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos financeiros, etc.

Table with 5 columns: Prêmios emitidos líquidos, Parcela resseg., Prêmios retidos pela Seguradora, Prêmios retidos pela Seguradora. Rows include Patrimonial, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos financeiros, etc.

Table with 5 columns: Prêmios emitidos líquidos, Parcela resseg., Prêmios retidos pela Seguradora, Prêmios retidos pela Seguradora. Rows include Patrimonial, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos financeiros, etc.

Table with 5 columns: Prêmios emitidos líquidos, Parcela resseg., Prêmios retidos pela Seguradora, Prêmios retidos pela Seguradora. Rows include Patrimonial, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos financeiros, etc.

Table with 5 columns: Prêmios emitidos líquidos, Parcela resseg., Prêmios retidos pela Seguradora, Prêmios retidos pela Seguradora. Rows include Patrimonial, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos financeiros, etc.

Table with 5 columns: Prêmios emitidos líquidos, Parcela resseg., Prêmios retidos pela Seguradora, Prêmios retidos pela Seguradora. Rows include Patrimonial, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos financeiros, etc.

Table with 5 columns: Prêmios emitidos líquidos, Parcela resseg., Prêmios retidos pela Seguradora, Prêmios retidos pela Seguradora. Rows include Patrimonial, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos financeiros, etc.

Table with 5 columns: Prêmios emitidos líquidos, Parcela resseg., Prêmios retidos pela Seguradora, Prêmios retidos pela Seguradora. Rows include Patrimonial, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos financeiros, etc.

Table with 5 columns: Prêmios emitidos líquidos, Parcela resseg., Prêmios retidos pela Seguradora, Prêmios retidos pela Seguradora. Rows include Patrimonial, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos financeiros, etc.

Table with 5 columns: Prêmios emitidos líquidos, Parcela resseg., Prêmios retidos pela Seguradora, Prêmios retidos pela Seguradora. Rows include Patrimonial, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos financeiros, etc.

Table with 5 columns: Prêmios emitidos líquidos, Parcela resseg., Prêmios retidos pela Seguradora, Prêmios retidos pela Seguradora. Rows include Patrimonial, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos financeiros, etc.

Table with 5 columns: Prêmios emitidos líquidos, Parcela resseg., Prêmios retidos pela Seguradora, Prêmios retidos pela Seguradora. Rows include Patrimonial, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos financeiros, etc.

Table with 5 columns: Prêmios emitidos líquidos, Parcela resseg., Prêmios retidos pela Seguradora, Prêmios retidos pela Seguradora. Rows include Patrimonial, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos financeiros, etc.

Table with 5 columns: Prêmios emitidos líquidos, Parcela resseg., Prêmios retidos pela Seguradora, Prêmios retidos pela Seguradora. Rows include Patrimonial, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos financeiros, etc.

Table with 5 columns: Prêmios emitidos líquidos, Parcela resseg., Prêmios retidos pela Seguradora, Prêmios retidos pela Seguradora. Rows include Patrimonial, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos financeiros, etc.

Table with 5 columns: Prêmios emitidos líquidos, Parcela resseg., Prêmios retidos pela Seguradora, Prêmios retidos pela Seguradora. Rows include Patrimonial, Responsabilidades, Automóveis, Transportes, Riscos financeiros, etc.



AKAD SEGUROS CNPJ/MF nº 14.868.712/0001-31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Table with 4 columns: 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2020, Adições decorrentes de prêmios emitidos, Diferimento pelo risco decorrido, etc.

Table with 4 columns: 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021. Rows include Bruto de resseguro, Parcela resseguro, Valor líquido, etc.

Table with 4 columns: 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021. Rows include Saldo em 31/12/2021, Adições decorrentes de prêmios emitidos, Diferimento pelo risco decorrido, etc.

Table with 4 columns: 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021. Rows include Saldo em 31/12/2020, Adições decorrentes de prêmios emitidos, Diferimento pelo risco decorrido, etc.

14.2 Tabela de desenvolvimento de sinistros: As tabelas abaixo demonstram a atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores.

Table with 10 columns: Anterior, dez/17, dez/18, dez/19, dez/20, dez/21, dez/22, Total, etc. Rows include Sinistros administrativos - Provisões e pagamentos - bruto de resseguro.

Table with 10 columns: Anterior, dez/17, dez/18, dez/19, dez/20, dez/21, dez/22, Total, etc. Rows include Sinistros judiciais - Provisões e pagamentos - bruto de resseguro.

Table with 10 columns: Anterior, dez/17, dez/18, dez/19, dez/20, dez/21, dez/22, Total, etc. Rows include Sinistros administrativos e judiciais - Provisões e pagamentos - líquido de resseguro.

Table with 10 columns: Anterior, dez/17, dez/18, dez/19, dez/20, dez/21, dez/22, Total, etc. Rows include Sinistros administrativos e judiciais - Provisões e pagamentos - líquido de resseguro.

Table with 10 columns: Anterior, dez/17, dez/18, dez/19, dez/20, dez/21, dez/22, Total, etc. Rows include Sinistros administrativos e judiciais - Provisões e pagamentos - líquido de resseguro.

Table with 10 columns: Anterior, dez/17, dez/18, dez/19, dez/20, dez/21, dez/22, Total, etc. Rows include Sinistros administrativos e judiciais - Provisões e pagamentos - líquido de resseguro.

18. Despesas de imposto de renda e contribuição social

19. Despesas de imposto de renda e contribuição social

20. Política de participação nos resultados: A Seguradora utiliza uma política interna para o programa de participação do resultado em conformidade com a Lei nº 10.101/2000.

21. Eventos Subsequentes: Não existem eventos subsequentes significativos que devam ser mencionados nas Demonstrações Financeiras de 2022.

DIRETORIA: Danilo Gamba, Andre Fichel Nascimento, Ana Paula de Almeida Santos, Marcelo Sales Rodrigues Ferreira

ATUÁRIO: Monique Oliveira, Rafael Fragnan

CONTADOR: Claudinei Simão dos Santos, CRC nº 1SP225124/O-7

Atuário Responsável Técnico - Ricardo César Pessoa, MIBA 1076

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 513D-056B-33CD-8E78.



Você nunca está sozinho. ,too seguros

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por fim, esclarecemos que não houve alteração nas premissas atuariais de sensibilidade testadas em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com os cenários do teste de sensibilidade em 31 de dezembro de 2021.

4.1 Teste de adequação de passivos - (TAP) Conforme disposto na Circular SUSEP nº 648/2021, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a Seguradora deverá recalculá-lo o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente.

O TAP foi elaborado bruto de resseguro e para a sua realização a Seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 648/2021, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos; posteriormente, entre seguros de Danos o seguros de Pessoas e, por fim, entre Prêmios Registrados e Prêmios Futuros, excluindo-se as operações com seguro DPVAT. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data-base de dezembro de 2022, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não linear, para a estimação dos parâmetros do modelo.

Com base no Estudo Atuário do Teste de Adequação de Passivos da TOO SEGUROS S.A. da data-base 31/12/2022, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021.

Por fim, esclarecemos que não houve alterações nos critérios de apuração das premissas atuariais do TAP da data-base 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o TAP da data-base 31 de dezembro de 2021.

a) Maturidade das provisões técnicas

Table with columns: Até 1 ano, 1 a 5 anos, Acima de 5 anos, Sem vencimento, Total. Rows include PPNG, LFT, NNTN-B, etc.

a) Por classificação, prazo de vencimento e taxa de juros contratada

Table with columns: Taxa de Juros, Sem vencimento, Valor contábil, Custos, Ajuste ao Valor contábil. Rows include Disponíveis para venda, LFT, NTN-B, etc.

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. O valor de mercado das cotas de fundos de investimento foi apurado com base nos valores de custos divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

b) Movimentação das aplicações

Table with columns: Títulos públicos, Cotas de fundo de investimento, Títulos emitidos de empresas, Outras aplicações. Rows include Em 31 de dezembro de 2020, 2021, 2022.

6. EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

6.1 Composição de prêmios a receber

Os prêmios a receber contemplam as emissões diretas bem como os riscos vigentes não emitidos e coseguro aceito vencedores. Atualmente, o prazo de parcelamento em sua grande maioria consiste em seguros coletivos e habitacional recebidos em prêmio único. A seguir estão demonstrados os prêmios e a redução ao valor recuperável, por prazo de vencimento e por movimentação.

a) Prêmios a receber por prazo de vencimento

Table with columns: Vencidas, De 1 a 30 dias, De 31 a 60 dias, etc. Rows include Prêmios a receber, Prêmios a receber.

b) Movimentação de prêmios

Table with columns: Saldo de prêmios a receber em 1 de janeiro, Prêmios emitidos, (+) IOF, etc. Rows include Saldo de prêmios a receber em 1 de janeiro, Prêmios emitidos, etc.

6.2 Títulos e créditos a receber, outros créditos operacionais e ativos de resseguro

Table with columns: Títulos e créditos a receber, Ressarcimentos a receber (iii), Operações com seguradoras, etc. Rows include Títulos e créditos a receber, Ressarcimentos a receber, etc.

7. ATIVOS DE RESSEGURO

Table with columns: Provisão para prêmios não ganhos (PPNG), Provisão de sinistros a liquidar (PSL), Provisão de sinistros ocorridos, etc. Rows include Provisão para prêmios não ganhos, Provisão de sinistros a liquidar, etc.

b) Capital de risco

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram ambos os "capitais regulatórios" e "capital econômico", segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. As tabelas a seguir apresentam detalhes de cálculo do patrimônio líquido ajustado para a Seguradora no exercício findo em 31 de dezembro:

Table with columns: 2022, 2021. Rows include Patrimônio líquido, Despesas Antecipadas, Ativos intangíveis, Ajustes contábeis, etc.

Table with columns: 2022, 2021. Rows include Capital de risco de subscrição, Capital de risco de crédito, Capital de riscos de mercado, Benefício da correlação entre riscos, etc.

5. APLICAÇÕES

As exposições máximas aos riscos de crédito, de mercado e de liquidez a que os ativos financeiros da Too Seguros S.A. estão expostos são demonstrados na Nota 4. Em 31 de dezembro de 2022, os montantes vinculados às câmaras de custódia (B3 e SELIC) como recursos garantidores aceitos para cobertura das provisões técnicas são R\$ 769.614 (2021 - R\$ 724.562). As composições estão apresentadas a seguir por sua classificação, tipo, prazo de vencimento, taxa de juros contratada e movimentação das aplicações.

Table with columns: 2022, 2021. Rows include Disponíveis para venda, LFT, NTN-B, etc. Rows include Disponíveis para venda, LFT, NTN-B, etc.

Movimentação dos Ativos de Resseguro

Table with columns: 2022, 2021. Rows include Provisão para prêmios não ganhos (PPNG), Saldo em 31 de dezembro, (+) Constituições, etc.

As taxas de sinistralidade e comissionamento para as parcelas resseguradas em 31 de dezembro de 2022 para os principais ramos, em média, foram as seguintes:

Table with columns: Parcela Ressegurada, Índice de Comissionamento %, Índice de Sinistralidade %. Rows include Garantia ressegurada - Setor público, Garantia ressegurada - Setor privado, Seguro agrícola sem FESR.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Table with columns: 2022, 2021. Rows include Créditos Tributários (i), Imposto a Compensar, Total, etc.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

9.1 Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social O imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) estão conciliados para os valores registrados como despesas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme segue:

Table with columns: IRPJ, CSLL, Lucro líquido antes dos impostos, Lucro ajustado, Lucro Real, etc. Rows include IRPJ, CSLL, Lucro líquido antes dos impostos, etc.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dos créditos tributários de R\$ 18.290 considerando a taxa DI vigente, perfaz o montante de R\$ 16.273 (saldo de R\$ 16.275 referente a 2021 considerando a taxa DI vigente da época perfaz R\$ 16.017), sendo: para 2022 R\$ 16.273 (Saldo de 2021 - R\$ 16.017) de diferenças temporárias.

Table with columns: 2022, 2021. Rows include 9.4 Tributos diferidos, Tributos diferidos, IRPJ (i), Total, etc.

10. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriados ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São considerados como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros. O diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros que tem o prazo médio dos principais ramos conforme segue:

Table with columns: 2022, 2021. Rows include Automóvel, Patrimonial, Pessoas coletivo, etc. Rows include Automóvel, Patrimonial, Pessoas coletivo, etc.

11. IMOBILIZADO

Table with columns: Saldo residual em 2021, Aquisições, Baixas, Transf. de Depreciação, Saldo residual em 2022, Taxa de depreciação ao ano %. Rows include Bens móveis de uso, Equipamentos, Móveis, máquinas e utensílios, etc.

12. INTANGÍVEL

Table with columns: Saldo residual em 2021, Aquisições, Baixas, Transf. de Amortização, Saldo residual em 2022. Rows include Aquisição carteira habitacional (i), Desenvolvimento de sistemas, Canal de distribuição (ii), etc.

(i) Aquisição de carteira habitacional aprovada pela portaria SUSEP/DIRAT nº 260 de 23/12/2015, cuja amortização ocorrerá em 15 anos, a partir de 2016. Embora a carteira tenha vida útil estimada de 24 anos e as saldas de seguros se intensificam após 20 anos de contrato. (ii) Referem-se a contratos de exclusividade na venda em seguros adquiridos em 2022, os quais são amortizados levando em consideração a efetiva produção e são garantidos através de contraprestações e/ou títulos definidos nos seus respectivos contratos. (iii) Os outros intangíveis foram constituídos para representar o reconhecimento do excesso do valor de compra "ágio" decorrente da incorporação reversa da BTG Pactual Seguradora S.A., aprovada em 25 de março de 2015, no montante de R\$ 393.668, cuja dedutibilidade fiscal foi considerada em 5 anos, conforme legislação aplicável à época da operação. O reconhecimento dos ativos intangíveis alocados e o goodwill é apresentado na tabela a seguir:

Table with columns: Saldo residual em 2021, Amortizações/Reversão de Impairment, Saldo residual em 2022. Rows include Excesso de Compra, Canais de distribuição (iv), Ágio (v), etc.

13. PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

As provisões técnicas de seguros apresentam a seguinte composição: a) Provisões técnicas de seguros 2022 2021 Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) 658.696 512.978 Provisão de sinistros a liquidar (PSL) 137.961 147.727 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) 168.757 121.123 Provisão de despesas relacionadas (PDR) 14.991 13.221 Subtotal do passivo circulante 980.405 795.049 Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) 744.633 654.711 Subtotal do passivo não circulante 744.633 654.711 TOTAL 1.725.038 1.449.760

Movimentação das provisões técnicas Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) 2022 2021 Saldo em 31/12/2021 1.167.689 1.041.984 (+) Constituições 253.897 143.022 (-) Reversões (18.257) (17.317) Saldo em 31/12/2022 1.403.329 1.167.689

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) 2022 2021 Saldo em 31/12/2021 147.727 121.412 (+) Constituições 153.898 145.522 (-) Reversões (163.664) (119.207) Saldo em 31/12/2022 137.961 147.727

Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR) 2022 2021 Saldo em 31/12/2021 121.123 92.134 (+) Constituições 62.408 28.989 (-) Reversões (14.774) - Saldo em 31/12/2022 168.757 121.123

Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) 2022 2021 Saldo em 31/12/2021 13.221 10.999 (+) Constituições 2.706 3.011 (-) Reversões (936) (789) Saldo em 31/12/2022 14.991 13.221

b) Sinistros a liquidar judiciais Do montante de Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL) de R\$ 137.961, o valor de R\$ 40.253 (2021 - R\$ 33.346) são classificados como sinistros de demanda judicial e o valor de R\$ 38.289 (2021 - R\$ 33.295) refere-se a sinistros diretos da Seguradora líquidos de coseguro aceitos e cedidos, correspondente a 944 processos (2021 - 843 processos).

Table with columns: Saldo inicial, (+) Avisos e ajustes judiciais, (-) Pagamentos de sinistros no período, Saldo final. Rows include Saldo inicial, Avisos e ajustes judiciais, Pagamentos de sinistros, Saldo final.

Table with columns: Provisão para riscos, Quantidade, Valor reclamado, Valor provisionado. Rows include Provisão para riscos, Provatel, Possível, Remota, Total.

c) Cobertura das provisões técnicas 2022 2021 Total das provisões técnicas 1.725.038 1.449.760 Diretos creditórios 332.758 271.301 Custos de aquisição diferidos 392.955 311.582 Ativos de resseguro/reversão redutores de PPNG 125.224 164.104 Ativos de resseguro/reversão redutores de PSL 38.070 75.694 Ativos de resseguro/reversão redutores de IBNR 40.933 31.330 Ativos de resseguro/reversão redutores de PDR 2.897 3.176 Provisões retidas pelo IRB 1 1 (-) Total das exclusões 933.137 857.188 Total a ser coberto 791.901 592.572 Ativos financeiros garantidores 889.796 724.562 Suficiência de ativos garantidores 96.895 131.990

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 513D-056B-33CD-8E478.



Você nunca está sozinho. too seguros

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Desenvolvimento de sinistros
A tabela a seguir demonstra a atual estimativa da atual estimativa dos sinistros ocorridos comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores:

Bruto de Resseguro - Administrativos
Antes de
Incorrido (+) IBNR Dez/17 Dez/18 Dez/19 Dez/20 Dez/21 Dez/22 Total

Bruto de Resseguro - Judiciais
Antes de
Incorrido (+) IBNR Dez/17 Dez/18 Dez/19 Dez/20 Dez/21 Dez/22 Total

Bruto de Resseguro - Administrativos + Judiciais
Antes de
Incorrido (+) IBNR Dez/17 Dez/18 Dez/19 Dez/20 Dez/21 Dez/22 Total

Bruto de Resseguro - Administrativos + Judiciais
Antes de
Incorrido (+) IBNR Dez/17 Dez/18 Dez/19 Dez/20 Dez/21 Dez/22 Total

Bruto de Resseguro - Administrativos + Judiciais
Antes de
Incorrido (+) IBNR Dez/17 Dez/18 Dez/19 Dez/20 Dez/21 Dez/22 Total

Bruto de Resseguro - Administrativos + Judiciais
Antes de
Incorrido (+) IBNR Dez/17 Dez/18 Dez/19 Dez/20 Dez/21 Dez/22 Total

Bruto de Resseguro - Administrativos + Judiciais
Antes de
Incorrido (+) IBNR Dez/17 Dez/18 Dez/19 Dez/20 Dez/21 Dez/22 Total

14.2 Prêmios de resseguros
Descrição
Prêmios de resseguro emitidos
Comissão de resseguro emitida
Ajuste ao valor de realização (I)
Prêmios de resseguro a pagar
Comissão de resseguro a pagar
Saldo com resseguradores

14.3 - Corretores de seguros
Ramo
Comissão a pagar
Comissão sobre prêmio emitido
(-) PECLD Comissão a pagar
Total

15. IMPOSTOS, ENCARGOS E CONTRIBUIÇÕES
15.1 Impostos e encargos sociais a recolher
IOF
PIS/COFINS/CSLL
IRRF
ISS
Outros
Total

15.2 Impostos e contribuições
Imposto de renda pessoa jurídica
Contribuição social PIS/COFINS
Total

16. DEPÓSITOS DE TERCEIROS
Os valores destacados abaixo referem-se exclusivamente a prêmios e emolumentos.

17. PASSIVOS CONTINGENTES
a) Provisões classificadas como perdas prováveis
A Seguradora é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades.

Processos trabalhistas
Saldo no início do exercício
Constituições
Baixas/Reversão
Saldo final do exercício dezembro 2022

Processos civis
Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão é constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável.

Processos criminais
Saldo no início do exercício
Constituições
Baixas
Saldo final do exercício dezembro 2022

Processos criminais
Saldo no início do exercício
Constituições
Baixas
Saldo final do exercício dezembro 2022

Processos criminais
Saldo no início do exercício
Constituições
Baixas
Saldo final do exercício dezembro 2022

Processos criminais
Saldo no início do exercício
Constituições
Baixas
Saldo final do exercício dezembro 2022

III - Provisões judiciais segregadas por risco
Provisão para riscos: Trabalhistas Cíveis Tributária (I) Relacionado a Sinistros
Saldo final

18. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Descrição
Fornecedores
Participação nos Lucros a Pagar
Juros sobre Capital Próprio a Pagar
Saldo final

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social
O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 2021, está representado por 169.653 ações ordinárias. Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de dezembro de 2020, e posteriormente, com a consolidação do Estatuto Social em 06 de setembro de 2021, nas quais foram deliberadas o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais a razão de 2.000 ações para 1 (uma) ação e conversão das ações preferenciais em ações ordinárias na proporção de 1 (uma) ação para 1 (uma), passando o capital social de R\$ 110.000 a ser representado por 169.653 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros
A conta de reserva de lucros da Seguradora é composta pela reserva legal e reserva estatutária. Reserva legal - nos termos do estatuto social, a Seguradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital social.

c) Dividendos
Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2022, aprovou-se o pagamento de dividendos aos acionistas, à conta de reservas estatutárias de anos anteriores, no montante de R\$ 55.213. O pagamento foi efetuado em 21 de dezembro de 2022.

d) Juros sobre capital próprio
A conta de juros sobre o capital próprio provisionado relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está demonstrado a seguir:

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
a) Transações no grupo econômico (**)
A Seguradora e a Administração identificam como partes relacionadas às Companhias a seguir e os seus respectivos saldos de transações com partes relacionadas:

Ativo/Passivo
31/12/2022 31/12/2021
Banco PAN S.A. (ligada) (*)
Caixa Econômica Federal (empresa da controladora)

21. PRÊMIOS GANHOS
Prêmios emitidos
Variações das provisões técnicas de prêmios
Prêmios ganhos
Prêmios sinistralidade - %
Índice de comissionamento - %

22. SINISTROS OCORRIDOS
Compreensivo residencial
Riscos de engenharia
Riscos diversos
Garantia estendida - Bens em geral

23. CUSTO DE AQUISIÇÃO
Compreensivo residencial
Riscos de engenharia
Riscos diversos
Garantia estendida - Bens em geral



*continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2022	2021
Outras receitas operacionais	1.528	113
Receitas convênio - DPVAT	16.967	(4.171)
Redução ao valor recuperável para recebíveis	18.495	(4.058)
Outras despesas operacionais	(14.370)	(6.617)
Despesas com administração de apólices	(16.363)	5.004
Despesas com cobrança	(4.970)	(7.322)
Redução ao valor recuperável para recebíveis	(1.422)	(430)
Outros créditos operacionais	(1.373)	(1.553)
Despesas/reversões com contingências	(38.498)	(10.918)
Outras despesas	(20.003)	(14.976)

Outras receitas e despesas operacionais

25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Serviços de terceiros	(32.000)	(27.456)
Pessoal	(52.867)	(40.068)
Publicidade e propaganda	(7.108)	(5.532)
Localização e funcionamento	(18.038)	(14.948)
Outras despesas	(2.302)	(1.328)
Total	(112.315)	(88.832)

26. DESPESAS COM TRIBUTOS

	2022	2021
PIS	(5.395)	(2.989)
COFINS	(33.202)	(18.394)
Outros tributos Federais e Municipais	(6.684)	(5.004)
Total	(45.281)	(26.387)

27. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas financeiras	140.602	89.059
Juros sobre os ativos financeiros	2.317	5.870
Atualização monetária sobre as provisões Sinistro (PSLJ)	2.487	644
Outras receitas financeiras	145.808	95.573
Despesas financeiras	(11.408)	(52.907)
Juros sobre os ativos financeiros	(6.642)	(8.255)
Atualização monetária sobre as provisões Sinistro (PSLJ)*	(3.485)	(2.013)
Outras despesas financeiras	(1.281)	(1.039)
Subtotal	(21.535)	(63.175)
Total líquido	123.871	32.398

(*): Valores atualizados com base no montante de sinistros pendentes a liquidar judiciais.

28. RESULTADO COM RESSEGURO

	2022	2021
Resultado com Operação de Resseguro	(39.627)	(96.121)
Receta com Resseguro	226.753	194.309
Indenização de sinistros	215.333	197.408
Outras reservas de resseguro	9.616	(3.820)
Outros	1.804	721
Despesa com Resseguro	(266.380)	(290.430)
Prêmios de resseguro	(217.620)	(167.074)
Varição da PPNQ de resseguro	(47.381)	(112.833)
Varição das reservas de resseguro	(922)	(10.105)
Outros	(457)	(418)

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Cobertura de seguros do ativo imobilizado**
A Seguradora adota a política de contratar coberturas de seguros de bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes pela Administração, para cobrir eventuais sinistros, levando em consideração a natureza de suas atividades.
- b) Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa e equivalentes de caixa referem-se a saldos de contas correntes e de poupança em bancos.
- c) Relatório do Comitê de Auditoria**
O resumo do relatório do Comitê de Auditoria está sendo divulgado junto com as demonstrações financeiras da Too Seguros S.A. de 31 de dezembro de 2022.
- d) Eventos Subsequentes**
a) A seguradora possui apólices de seguro garantia judicial vigentes e emitidos em favor de uma contraparte que divulgou fato relevante sobre a detecção de inconsistências contábeis em seu balanço patrimonial. Em consonância com a estratégia para essa linha de negócios, as referidas apólices foram resseguradas desde sua emissão na proporção de 99,99% e representam um risco retido para esta Seguradora de R\$ 108 mil reais. Quanto aos ativos financeiros da seguradora, também impactados em razão da exposição envolvendo a referida contraparte, foram considerados imateriais para fins das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.
b) A Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avaliou seu histórico de processos tributários, não se limitando à matéria tratada na ADI 15, mas em busca de outras que possam ser afetadas pela decisão do STF do dia 08 de fevereiro de 2023 e, como resultado desta avaliação, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, não identificou ações sujeitas aos impactos da decisão do STF conforme acima e, portanto, concluiu não haver impactos significativos em suas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022."

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Rafael de Oliveira Moraes	Vice-Presidente Sérgio Couto dos Santos	Membros Alexandre Câmara e Silva Bruno Alexandre Licarião Rocha
--	---	---

DIRETORIA

Diretor Presidente Pedro Bueno da Rocha Lima	Diretor Valter Gonçalves Nunes	Diretora Tatiana Leite Terra Prates	Diretora Eldi Holanda Cavalanti da Trindade
--	--	---	---

COMITÊ DE AUDITORIA

Pedro Paulo Longuini	Andre Nunes	Sidnei Correa Marques
-----------------------------	--------------------	------------------------------

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ricardo César Pessoa MIBA 1076
--

CONTADOR

Thiago Lopes Alves Contador - CRC SP316851/O-6
--

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Disclaimer: Os atuais membros do Coaud assumiram os seus cargos, nas seguintes datas: Sidnei Marques - 27.12.2022; André Nunes - 11.1.2023; e Pedro Longuini - 2.2.2023. Por esse motivo, não participaram de todas as etapas de elaboração e de aprovação dessas Demonstrações Financeiras, mas apenas da revisão delas. Introdução: O Comitê de Auditoria (Coaud ou Comitê) da Too Seguros S.A. (Seguradora ou Companhia) é órgão estatutário que atua em consonância com as disposições da Resolução do CNSP nº 432, de 2021. É composto por três membros independentes, tendo o seu funcionamento previsto no seu Regulamento e nas demais normas que disciplinam a sua atuação. Atividades do Comitê (inclusive pelos membros da gestão anterior): Entre os trabalhos de avaliação e de supervisão realizados no segundo de 2022, o Comitê destaca, pela relevância, os seguintes: • Acompanhamento do planejamento e da realização das auditorias independente e interna; • Monitoramento da independência dos auditores independentes em relação à Too Seguros; • Revisão das demonstrações financeiras semestrais (DFs) elaboradas com data-base de 31.12.2022, inclusive com relação à integridade e à qualidade, previamente à avaliação pelo Conselho de Administração e à divulgação; • Acompanhamento dos trabalhos dos auditores atuarial e contábil independentes;

- Acompanhamento da efetividade dos sistemas de controles internos (SCI);
- Acompanhamento da efetividade dos sistemas de gerenciamento dos riscos (SGR) a que a Companhia está exposta em suas operações e negócios;
- Monitoramento do cumprimento, pela Administração da Seguradora, das recomendações feitas pelas auditorias atuarial e contábil independentes, pela auditoria interna e pelos reguladores; Administração: Para a realização dessas atividades, o Comitê se valeu de dados e de informações fornecidas pela Administração e por várias áreas da Seguradora, incluindo os responsáveis pela elaboração das DFs, pelo gerenciamento de riscos e pelos controles internos. As informações foram obtidas pelo Coaud em reuniões promovidas com o presidente, com diretores e com os principais gestores da Seguradora. Além disso, o Comitê realizou reuniões com o auditor atuário independente (Ernest Young), com o auditor contábil independente (BDO) e com a Auditoria Interna. Auditores Atuarial e Contábil Independentes: No semestre, o auditor manteve com a Ernest Young e com a BDO regular interação e comunicação, inclusive por meio de reuniões para discussão dos resultados de seus trabalhos, de maneira a avaliar a qualidade e a efetividade da atuação desses auditores, bem como para colher subsídios para fundamentar a sua opinião sobre as DFs, sobre os controles internos e

sobre o gerenciamento de riscos da Companhia. Interna Auditoria: O Coaud acompanhou o planejamento e a execução dos trabalhos de auditoria no semestre, bem como os planos de ações para correção de deficiências ou de aperfeiçoamentos elaborados pelas áreas auditadas. Conclusão: O Coaud, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, as decisões e as responsabilidades dos demais órgãos da Governança, dos auditores independentes (contábil e atuarial) e dos Administradores, considera que as DFs representam adequadamente, nos seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Too Seguradora em 31 de dezembro de 2022. Com base nessa conclusão, o Coaud propõe a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2023.

Membros do Comitê
Andre Nunes
Pedro Longuini
Sidnei Marques

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Too Seguros S.A. - São Paulo - SP - CNPJ: 33.245.762/0001-07. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade da cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Too Seguros S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem

que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia adotada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos indicadores de solvência

regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em seu aspectos mais relevantes.

Ricardo Pacheco

MIBA 2.679
Ernst & Young Serviços Atuariais S.S. CNPJ 03.801.998/0001-11
CIB 574
São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Too Seguros S.A. - São Paulo - SP
Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Too Seguros S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Too Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisões técnicas de seguros:** A Seguradora possui registrado no seu passivo, no grupo Provisões Técnicas, o valor de R\$ 1.725.038 mil (R\$ 980.405 mil no circulante e R\$ 744.633 mil no não circulante) relativo à provisão de prêmios não ganhos, provisões de sinistros a liquidar, provisão de sinistros ocorridos não avisados e demais provisões técnicas relacionadas a seguros. Em virtude da relevância dos saldos e das incertezas e subjetividade inerentes aos contratos de seguros, o processo de determinação e mensuração das provisões técnicas envolve alto grau de julgamento. A Administração da Seguradora continuamente avalia as premissas e as metodologias adotadas. Devido à relevância e as incertezas envolvidas no processo de mensuração dessas provisões, além do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam ocasionar no valor das Provisões Técnicas, consideramos esse assunto relevante para nossa auditoria. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (i) o entendimento dos controles internos relevantes sobre os saldos contábeis; (ii) análise e teste documental dos prêmios emitidos e dos sinistros recebidos; (iii) conciliação dos dados dos avisos com as apólices; (iv) recálculo de determinadas provisões técnicas; (v) conciliação dos atestados atuariais com os saldos contábeis; (vi) a avaliação pelo nosso especialista atuarial da consistência dos dados, razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas na mensuração das provisões técnicas e no teste de adequação dos passivos (TAP). Com base nas evidências obtidas, consideramos que a metodologia e as premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas são adequadas e as divulgações efetuadas pela Seguradora são consistentes com as informações obtidas. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo,

considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião; • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria; • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma percentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as

demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo; • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o provimento de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colúlio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descobrimos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Antomar de Oliveira Rios
Contador - CRC 1 BA 017715/O-5 S-SP

Simplex, colaborativa e realizadora

Com atendimento ágil e personalizado é o veículo adequado ao público do setor financeiro. **tooseguros.com.br**

Diário Comercial

O Diário Comercial oferece o melhor custo benefício do mercado para publicações legais, como: Atas, Avisos, Balanços, Comunicados, Editais e Fatos Relevantes.

Com atendimento ágil e personalizado é o veículo adequado ao público do setor financeiro.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/513D-055B-33CD-8E78> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 513D-055B-33CD-8E78



Hash do Documento

6EA6E29D6C538783300F321054212BE4A7CA0CE1E5B7FFAFD2A9F42D4DB42849

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/02/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
25/02/2023 21:47 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

